

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 133/2021  
Data: 25/08/2021

### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>3</b>
PORTO 360° DEBATE INVESTIMENTOS NO SETOR.....	3
MINISTRO DA INFRAESTRUTURA DIZ QUE PROJETO DA BR DO MAR DEVE SER APROVADO ATÉ DEZEMBRO.....	3
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>4</b>
CDR: DEBATEDORES DEFENDEM MAIS INVESTIMENTOS NAS HIDROVIAS.....	4
COP-26 DEVE ABORDAR PAPEL POSITIVO DO AGRO NA MITIGAÇÃO DE EMISSÕES.....	6
CODESA: PORTO RECEBE PRIMEIRO GRANDE NAVIO DURANTE A MADRUGADA.....	7
PAINEL DEBATE MELHORIAS NOS ACESSOS PARA IMPULSIONAR COMPETITIVIDADE DO PORTO.....	8
SISTEMA SANTA CECÍLIA LEVA INFORMAÇÃO SOBRE O SETOR PORTUÁRIO COM COBERTURA DE EVENTO.....	10
<b>AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>11</b>
AUDIÊNCIA DISCUTIRÁ REGRAS SOBRE AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS.....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>12</b>
AGRO BRASILEIRO TEM EXPORTAÇÕES DE US\$ 11,3 BILHÕES EM JULHO.....	12
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>13</b>
CAMPOS NETO DIZ QUE BRASIL VAI PRECISAR CRIAR ÓRGÃO REGULADOR DE DADOS.....	13
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>13</b>
TEMPESTADE PERFEITA NA LOGÍSTICA MARÍTIMA JÁ SE ESPALHA PARA VÁRIOS SETORES DO COMÉRCIO GLOBAL.....	13
<b>EXAME</b> .....	<b>14</b>
EXCLUSIVO: PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS DEVE MOVIMENTAR R\$ 16 BILHÕES.....	14
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>15</b>
GOVERNO ADMITE PIORA NA CRISE HÍDRICA E PROPÕE RACIONAMENTO VOLUNTÁRIO PARA RESIDÊNCIAS.....	15
GOVERNO REPETE 2001 E DECRETA RACIONAMENTO DE ENERGIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	17
ANP AUTORIZA EXCELERATE ENERGY A IMPORTAR GNL.....	21
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>22</b>
GOVERNO IRÁ ESTABELECEER METAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA, MAS ADESÃO SERÁ VOLUNTÁRIA.....	22
CHINA REABRE TERCEIRO MAIOR PORTO DE CONTÊINERES DO MUNDO, APÓS DUAS SEMANAS DE PARALISAÇÃO DEVIDO À COVID.....	24
ARRECADAÇÃO FEDERAL EM JULHO BATE NOVO RECORDE E MARCA R\$ 171,270 BILHÕES.....	25
PARA ENFRENTAR CRISE HÍDRICA, BRASIL BUSCA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COM OS 'HERMANOS' ARGENTINA, BOLÍVIA E URUGUAI.....	26
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>28</b>
3ª DOSE DA VACINA CONTRA COVID SERÁ APLICADA A PARTIR DE 15 DE SETEMBRO, DIZ MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	28
MERCEDES-BENZ ANUNCIA QUE VAI PRODUZIR ÔNIBUS ELÉTRICOS NO BRASIL.....	29
GOVERNO DARÁ BÔNUS PARA QUEM REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA EM CASA A PARTIR DE SETEMBRO, DIZ MINISTRO.....	30
ARRECADAÇÃO TEM ALTA DE 35,5% EM JULHO E SOMA O RECORDE DE R\$ 171,3 BI, DIZ RECEITA.....	32
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>33</b>
MAERSK TERÁ NAVIOS A METANOL NO TRANSPORTE DE CONTÊINERES.....	33
ANP: KAROON É A SÉTIMA PETROLEIRA INSCRITA PARA 17ª RODADA DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS.....	34
DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS PREVÊ CERCA DE R\$ 16 BILHÕES DE INVESTIMENTOS.....	35
ESCASSEZ DE CONTÊINERES AFETA EXPORTAÇÃO DE SOJA DOS EUA.....	35
ENTRADA DA COSAN EM MINERAÇÃO AUMENTA DIVERSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS, DIZ FITCH.....	35
MODELO DA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ ENVIADO A SECRETARIA ATÉ O FIM DE AGOSTO.....	36
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>36</b>
OPERADORAS ESPERAM QUE BR DO MAR MELHORE REGRAS PARA CONTRATAÇÃO DE ALIVIADORES.....	36
MAIOR PRESENÇA DE BRASILEIROS A BORDO AGREGA SEGURANÇA À NAVEGAÇÃO, DEFENDE CONTTMAF.....	38
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>39</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS.....	39



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

#### PORTO 360° DEBATE INVESTIMENTOS NO SETOR

Zsanett Baila é convidada, e vai tratar das oportunidades de negócios no Brasil

Por: Redação



**Programa vai ao ar nesta quarta, nas redes sociais do Grupo Tribuna Foto: Reprodução**

A diretora de Investimentos da TIL, Zsanett Baila, é a convidada da edição desta quarta-feira (25), do programa Porto 360°, transmitido pelas redes sociais do Grupo Tribuna. Em pauta, a visão do investidor internacional sobre o setor portuário brasileiro e as oportunidades de negócios do segmento.

Para assistir, é só acessar as redes sociais do Grupo Tribuna (no Facebook e no YouTube). A apresentação do Porto 360° é de Maxwell Rodrigues.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/08/2021

#### MINISTRO DA INFRAESTRUTURA DIZ QUE PROJETO DA BR DO MAR DEVE SER APROVADO ATÉ DEZEMBRO

Ministro comentou sobre sua expectativa para a aprovação do projeto de lei pelo Congresso

Por: Estadão Conteúdo



**O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, falou de projetos do Governo no Expert XP ontem Foto: Divulgação**

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informou ontem, durante a Expert XP, que espera ter o projeto de incentivo à cabotagem (o transporte marítimo de cargas entre portos de uma costa), que ficou conhecido como BR do Mar, aprovado no Congresso até o

final do ano.

**Atualmente, o texto está em análise no Senado.**

Também ontem, Tarcísio voltou a sugerir a edição de uma Medida Provisória (MP) como um caminho para criar o Marco Legal das Ferrovias. O assunto é objeto de projeto de lei de origem do Senado, apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) em 2018, mas está parado na Casa.

A expectativa, segundo o ministro, é também de ter até o fim do ano o novo marco de ferrovias. De acordo com ele, uma MP para esse marco daria segurança jurídica para os projetos que já estão em curso nos estados.

Sobre a construção da Ferrogrão, a linha que ligaria Sinop até o Porto de Miritituba, no Pará, Tarcísio disse que o principal obstáculo é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a concessão.



Em março, o ministro da Corte Alexandre de Moraes concedeu liminar para a suspensão do projeto, sob o argumento de que causaria danos ambientais, mas ainda não pautou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para deliberação no plenário.

O ministro defendeu que a diminuição da área de proteção ambiental pela qual passaria a Ferrogrão é muito pequena e que o projeto, por sua vez, prevê reduzir pela metade a emissão de gás carbônico na rodovia.

Segundo Tarcísio, enquanto não pode avançar com a concessão, o ministério está trabalhando para contratar o projeto de engenharia da Ferrogrão. “Só insistimos no projeto da Ferrogrão porque temos players interessados. Vamos seguir em frente”. O ministro ainda comentou que, “apesar de grau de barulho”, muita coisa já foi aprovada, como o marco do saneamento, a autonomia do Banco Central, a PEC emergencial e a lei de falências.

Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 25/08/2021



## SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### CDR: DEBATEDORES DEFENDEM MAIS INVESTIMENTOS NAS HIDROVIAS

Informação: Agência Senado (25 de agosto de 2021)



**Em audiência pública promovida nesta segunda-feira (23), senadores e especialistas destacaram que sistema hidroviário tem baixo custo operacional e impacto ambiental reduzido – Foto: Agência Senado**

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) promoveu, nesta segunda-feira (23), audiência pública com o tema “Hidroviárias e desenvolvimento regional: o desafio da integração multimodal de transportes no Brasil”. Os debatedores apontaram que é urgente e necessário que o país destine

mais investimentos para as hidroviárias e para os programas de integração entre os variados modais de transporte.

O presidente da CDR, senador Fernando Collor (Pros-AL), lembrou que os investimentos em infraestrutura costumam ser prioridade na agenda das grandes potências mundiais. Para o senador, o Brasil precisa, de forma urgente, aumentar o investimento na diversificação dos modais de transporte. Ele ainda cobrou mais participação legislativa no assunto, propondo um marco regulatório moderno para o setor, com modernização das leis ambiental e portuária.

O senador lembrou que o modal rodoviário, mais caro e menos eficiente, é o mais usado no país. As hidroviárias, por outro lado, são pouco usadas, mas têm várias vantagens, como o baixo custo operacional, o impacto ambiental reduzido e a capacidade de transporte de grandes volumes. Collor destacou a importância de as hidroviárias estarem integradas a outros modais de transporte e cobrou mais investimentos no setor.

— Trata-se de um desafio para a sociedade e para o governo. O aumento do investimento é urgente. Estamos ainda muito aquém da nossa capacidade — registrou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que sugeriu a audiência, destacou que as hidrovias brasileiras têm grande potencial e um custo baixo. Ele lamentou, no entanto, que esse modal não tenha sido a prioridade dos governos ao longo dos anos. Izalci também apontou os poucos recursos destinados ao setor e cobrou mais investimentos nas hidrovias. Segundo o senador, o Brasil precisa de políticas permanentes voltadas para a infraestrutura e mais atenção com o transporte aquaviário.

### **Custos**

A diretora de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Karoline Brasileiro Quirino Lemos, informou que em 2020 foram transportadas cerca de 110 milhões de toneladas de carga pelas hidrovias do país. Esse número representa cerca de 46% de crescimento em relação ao ano de 2010. Segundo Karoline Lemos, hoje são usados 18 mil quilômetro de hidrovias, embora o potencial do país seja de 64 mil quilômetros.

A diretora também destacou que os custos das hidrovias são muito menores que os registrados no transporte rodoviário. Como exemplo, ela citou que um único comboio no Rio Tapajós, entre Mato Grosso e Pará, pode representar o volume transportado por 1.400 carretas.

— O transporte hidroviário representa apenas 5% entre os modais de transporte. Precisamos de mais investimentos — registrou Karoline Lemos.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, lembrou que o transporte hidroviário é importante também para o passageiro. Ele pediu um olhar mais cuidadoso com o transporte na região amazônica, ao apontar que apenas um barco no Rio Amazonas pode transportar até 800 passageiros por viagem.

Segundo o Tokarski, o setor de carga por hidrovias tem registrado um crescimento sustentado nos últimos anos. Como exemplo, ele informou que o Rio Madeira, que passa pelos estados de Rondônia e Amazonas, registrou um crescimento de 237% no transporte de carga entre 2010 e 2020, com destaque para o milho e a soja.

— As hidrovias têm muitas vantagens: o custo é mais baixo e é ambientalmente sustentável. Precisamos de uma política de Estado para o setor — cobrou Tokarski.

### **Sociedade**

O diretor de Navegação e Hidrovias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Dino Antunes Batista, afirmou que a sociedade tem consciência da importância do transporte hidroviário e da sua expansão no interior do país. Ele disse, porém, que os incentivos para a diversificação não se mostram no Orçamento público de forma prática. Segundo Batista, os recursos para o setor hidroviário são muito menores do que aqueles para o setor rodoviário.

— A pressão que o setor público recebe é pelo asfaltamento, por mais rodovias e viadutos. A sociedade precisa cobrar seus representantes para dar prioridade ao transporte aquaviário — pediu o diretor.

O secretário nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Tiago Pontes, também participou da audiência. Ele disse que o ministério tem procurado trabalhar na integração dos modais, em conjunto com os outros órgãos do governo que lidam com o transporte hidroviário.

### **Interativa**

A audiência foi promovida de forma interativa, com participação popular por meio do Portal e-Cidadania. O internauta Rafael Bomtempo, de Goiás, disse que a melhoria da matriz de transportes reduz custos para toda a sociedade. Já Bruno Pires, de São Paulo, destacou o

tamanho continental do país, ao apontar que é imensurável considerar e investir em variados meios de transporte e na integração dos vários modais.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 25/08/2021*

## COP-26 DEVE ABORDAR PAPEL POSITIVO DO AGRO NA MITIGAÇÃO DE EMISSÕES

*Informação: Grupo Cultivar (25 de agosto de 2021)*



***Ao participar do Fórum Brasil Pró Clima, ministra da agricultura, Tereza Cristina, destacou as ações já praticadas no Brasil para garantir a sustentabilidade na agricultura. – Foto: Divulgação Mapa***

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, defendeu nesta terça-feira (24/08) que o papel positivo da agropecuária para a mitigação de emissões e adaptação às mudanças climáticas deve ser reconhecido durante as discussões da COP-26, que acontecerá em novembro em Glasgow, na Escócia. Ao participar do Fórum Brasil Pró Clima, realizado pela Confederação Nacional da

Indústria (CNI) e pelo Canal Agromais, ela destacou as ações já praticadas no Brasil para garantir a sustentabilidade na agricultura.

“Essas duas palavrinhas são mágicas: mitigação e adaptação. Tenho convicção de que a agricultura brasileira já vem fazendo isso há muito tempo, através de várias políticas públicas para estímulo de práticas como plantio direto, o Renovabio, o uso da segunda safra na mesma área, as florestas plantadas, a política de Bioinsumos que cresce cada vez mais. A experiência brasileira tem demonstrado que é possível atingir resultados expressivos a partir de uma abordagem equilibrada de sustentabilidade na agricultura. Entendemos que essa é a visão que deve prevalecer no âmbito das negociações da COP e para além de novembro”, disse.

A ministra enfatizou que é preciso mostrar que a agropecuária brasileira promove, além da geração de renda e da segurança alimentar, a conservação ambiental e destacou a importância do setor privado para carregar essa mensagem ao mundo. “Não há sustentabilidade a menos que todos os elos da cadeia estejam envolvidos e comprometidos”.

O secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Orlando Ribeiro Leite, também participou do evento e disse que o Mapa vai aproveitar a COP-26 para apresentar programas que representam o que há de mais moderno na agricultura brasileira, como o Plano ABC+ e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Segundo ele, um dos maiores desafios do agro brasileiro é a percepção no exterior sobre a sustentabilidade no país.

“É preciso diferenciar o problema que temos do problema da imagem. No imaginário popular europeu, a Amazônia está queimando, estão extraindo madeira do coração da Amazônia, e a gente sabe que não é isso. Estamos empenhados para chegar em 2030 sem desmatamento ilegal”, disse o secretário, ressaltando que é preciso contar com a iniciativa privada brasileira e internacional para chegar a essa meta.

O presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Marcelo Thomé, garantiu que o setor industrial já assumiu responsabilidade com a agenda ambiental.

“A sustentabilidade está no DNA da indústria, que busca eficiência e economia de recursos para se tornar mais competitiva e atender às exigências do mercado internacional. O mundo cobra do

Brasil responsabilidade ambiental e o setor privado tem interesse em se manter alinhado com os acordos internacionais”, disse.

### Regularização Fundiária

A regularização fundiária foi apontada pelos participantes como uma das ações para combater o desmatamento ilegal no país, especialmente na Amazônia. O secretário Orlando Ribeiro lembrou que grande parte do desmatamento ilegal ocorre em terras que não têm propriedade.

O representante da CNI também enfatizou que a regularização fundiária é uma das ações mais efetivas para o combate ao desmatamento. “O ilícito acontece na terra que não tem dono, porque quando tem dono o Estado tem a quem imputar a responsabilidade. A regularização fundiária, além de ser um mecanismo crucial para o combate ao desmatamento é também um mecanismo de desenvolvimento econômico”, disse Marcelo Thomé.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 25/08/2021*

### CODESA: PORTO RECEBE PRIMEIRO GRANDE NAVIO DURANTE A MADRUGADA

*Informação: CODESA (25 de agosto de 2021 )*



*Foto: TVV Log-In / Coordenação de Comunicação da CODESA*

Seja dia ou noite, o porto não para! Pela primeira vez em sua história, o Porto de Vitória registrou, na madrugada de terça-feira (24), a primeira manobra noturna de entrada de embarcações acima de 206 metros de comprimento. O navio Log-In Resiliente atracou às 3h45 da madrugada no berço 204 para movimentar contêineres. A operação ocorreu após a liberação das manobras noturnas, aprovada pela Capitania dos Portos e edição da Norma de Tráfego e Permanência de Navios e Embarcações

(NORMAP 1), em junho deste ano.

A partir de agora, com a possibilidade das manobras noturnas por grande navios, o Porto de Vitória se torna mais flexível no atendimento aos seus players. Para garantir a segurança nas entradas, além do acompanhamento do Sistema de Informação e Gerenciamento do Tráfego de Embarcações (VTMIS), em tempo real, a CODESA investiu na melhoria da sinalização náutica, como o reposicionamento de faróis de alinhamento.

A expectativa do Porto de Vitória é que ocorra incremento nas operações portuárias. Como os navios não precisam mais aguardar o amanhecer para acessar o cais, há ganhos de tempo e, conseqüentemente, de movimentações.

Além disso, ainda existe a vantagem de passar a atender as linhas de cabotagem. Muitos navios que navegam pelo litoral capixaba no período noturno não paravam, justamente porque teriam que esperar clarear o dia para atracar. Agora, de acordo com a programação de navios, poderão agendar a entrada noturna.

**Confira a Norma Portuária publicada no site abaixo**

[http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20023%202021.pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20023%202021.pdf)

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 25/08/2021*



### PAINEL DEBATE MELHORIAS NOS ACESSOS PARA IMPULSIONAR COMPETITIVIDADE DO PORTO

Informação: Santaportal (25 de agosto de 2021)



Foto: Yasmin Braga/Santa Cecília TV

O último painel do Santos Export 2021 destacou a necessidade de investimentos nos acessos rodoviários, ferroviários e aquaviários para modernizar e aumentar a competitividade do Porto de Santos. O debate contou com a apresentação de Flávio da Rocha Costa, conselheiro do Santos Export, e a moderação de Angelino Caputo, conselheiro nacional do Brasil Export.

Caputo chamou os debatedores para falar sobre as melhorias que precisam ser feitas para a modernização do Porto. “A carga precisa chegar e sair do Porto com rapidez e eficiência, mas o que vai permitir isso são os acessos, ferroviário, rodoviário e aquaviário. Os investimentos são necessários, mas também precisamos de melhoria nos processos”, afirmou.

Na sequência, os debatedores Cláudio Loureiro, diretor-executivo do Centronave; Fernando Paes, diretor-executivo da Agência Nacional de Transportes Ferroviários e Rui Klein, diretor de concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias.

Loureiro destacou que um aumento de dragagem para receber navios de maior porte é fundamental, porém essa melhoria precisa ser acompanhada de outros investimentos em infraestrutura. “Podemos ter um ganho de produtividade explorando bem todos os ativos. Podemos aumentar o calado, com uma profundidade e qualidade melhores dos canais de acesso. Podemos ter um canal perfeito, mas de nada adianta se tivermos um acesso ferroviário ou rodoviário ruim. Se não melhorarmos em todos os modais, a nossa produção pode escorregar entre os dedos. O Porto vai passar por uma concessão de 35 anos, que não é nenhuma brincadeira. Precisamos trabalhar muito nos acessos aquaviários, mas não podemos esquecer da importância de melhorias nos acessos terrestres”, disse.

Fernando Paes, por sua vez, mostrou otimismo sobre a adequação da malha ferroviária ao avanço do Porto, que deve passar por um processo de desestatização até o ano que vem. “O setor ferroviário nunca teve um momento tão virtuoso quanto agora. As empresas estão investindo, estamos preparados para viabilizar os acessos ferroviários aos portos, principalmente ao de Santos. Hoje o transporte ferroviário já tem papel significativo no transporte de grãos, com mais de 90% da soja chegando por esse modal. O nosso grande desafio está no transporte de contêineres pelas ferrovias”, comentou.

Já Rui Klein falou sobre as propostas de mobilidade urbana para o Porto. Ele falou sobre os projetos para a construção de uma terceira pista da Rodovia dos Imigrantes e a ligação seca entre Santos e Guarujá.

“A ligação seca está em pauta. Apresentamos um projeto ao ministro da Infraestrutura (Tarcísio Gomes Freitas) e para a SPA, que estão procurando essa solução. Tivemos muitos avanços, mas entendemos que a questão do transporte de cargas é fundamental. Por isso, a terceira pista da Imigrantes, com essa ligação Planalto-Baixada, poderia desafogar outros gargalos. A questão da ligação seca entre Santos e Guarujá também está sendo debatida, é uma discussão que está sendo amadurecida. Não tenho dúvidas de que são projetos que vão garantir o crescimento do Porto de Santos durante décadas”, concluiu.



No primeiro dia do Santos Export, que aconteceu em Guarujá, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou que a privatização do Porto de Santos deve atrair R\$ 16 bilhões em investimentos nos próximos anos. Para o ministro, a desestatização vai resolver problemas históricos, como o acesso com dragagem de afundamento.

“O porto passa a ser extremamente competitivo, e ele tem tudo para se tornar não só o maior da América Latina, mas também do hemisfério sul”.

Além do aumento da competitividade, a previsão é que esses investimentos também sejam destinados ao aprofundamento do calado, serviço de dragagem e à ligação seca de Santos e Guarujá.

O Porto de Santos conta com 55 terminais portuários, sendo seis já privatizados. O cronograma prevê que a desestatização do porto comece ainda este ano.

“A gente deve concluir os estudos agora no mês de setembro, para que a gente possa abrir a consulta pública em outubro. Janeiro ou fevereiro do ano que vem a gente conclui a primeira consulta, abre uma outra consulta. Depois, lá para meados do ano, a gente vai ter o processo aprovado pelo Tribunal de Contas, publicar o edital, e o leilão esperado para o final do ano, entre outubro e novembro do ano que vem”, disse o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni.

### **Preocupação com a área urbana pós desestatização**

O secretário também falou sobre os projetos para a expansão do Porto de Santos. De acordo com ele, existe espaço para isso sem prejudicar a área urbana da cidade.

“Nós temos que investir em tecnologia, equipamento, aumento de capacidade na área existente do porto. Então, quando a gente vai falar de canal de acesso, que é o principal ativo do porto organizado, a gente tem que falar de um aprofundamento do canal para que a gente possa receber embarcações de maior calado, de maior capacidade, e com isso a gente ganha capacidade mesmo sem expandir áreas”.

Piloni afirma ainda que, além disso, tem a previsão de áreas de expansão do porto, principalmente na Ilha de Bagres e no Largo do Caneu.

“A gente está falando de algo em torno de 6 milhões de metros quadrados, de área ainda passiva de expansão do porto. E isso é importante porque, em um contrato de 35 anos, nós temos que pensar também que pode haver a necessidade dessas expansões”.

O presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, reforçou a disputa intensa nos leilões portuários.

“Nós estamos planejando sete leilões portuários, são as últimas áreas daqui de Santos, então a gente vai ter uma intensa disputa. Temos a Fips (Ferrovia Interna do Porto de Santos), que deve entrar em funcionamento e vai injetar R\$ 1,8 bilhão de investimentos em acessos rodod-ferroviários. Estamos preparando a empresa também para estar completamente pronta para a desestatização, completamente saneada. A ideia é continuar batendo recordes, continuar movimentando cada vez mais, e estamos muito confiantes nisso”.

Sobre a questão dos trabalhadores, Biral reforçou que não haverá grandes mudanças. “Todos os funcionários serão transferidos para a autoridade portuária privada. A companhia permanece a mesma, mesmo CNPJ, então eles continuam trabalhando normalmente. Agora, os trabalhadores do OGMO, eles hoje prestam serviço para os terminais, e isso não vai mudar em nada”.

Por fim, o diretor de Assuntos Portuários do Sistema Santa Cecília de Comunicação, Casemiro Tércio, ressaltou a importância de discutir esse marco para o Porto de Santos.

“Tem sido um espaço de discussão sobre os temas, principalmente de desestatização do Porto de Santos, os riscos envolvidos, as preocupações dos operadores portuários, de toda a comunidade portuária. E como essa comunidade pode contribuir para melhorar o processo e modelar essa desestatização”.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 25/08/2021*

## SISTEMA SANTA CECÍLIA LEVA INFORMAÇÃO SOBRE O SETOR PORTUÁRIO COM COBERTURA DE EVENTO

*Informação: Santaportal (25 de agosto de 2021 )*



**Foto por: Reprodução/Santa Cecília TV**

A Santa Cecília TV e o Santa Portal realizaram a cobertura do Santos Export 2021 nesta segunda (23) e terça-feira (24), com mais de 20 horas de evento e mais de 20 entrevistas. Autoridades portuárias e empresas ligadas ao setor participaram do evento, que discutiu temas como a desestatização do Porto de Santos e a expansão pelo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

O presidente do conselho da Brasil Export, Ricardo Molitzas, exaltou a cobertura realizada pelo Sistema Santa Cecília de Comunicação. “Nós estamos inseridos nesse sistema portuário, de logística nacional, então é o nosso dia a dia, mas é fundamental que isso chegue para a sociedade, e que a sociedade tome conhecimento”, disse.

“Todo esse crescimento e esse investimento que está se discutindo aqui é bom para a sociedade como um todo, é geração de emprego, é melhoria para a economia, e ter uma TV como a Santa Cecília, regional, levando isso para a sociedade é fundamental para que a gente consiga atingir isso tudo com o conhecimento de todo mundo que está envolvido”, completou o presidente.

### Último dia de evento

Nesta terça-feira (24) aconteceu o encerramento do Santos Export 2021, que aconteceu em Guarujá, e reuniu autoridades portuárias e responsáveis por empresas ligadas ao Porto de Santos. O principal assunto debatido nesta terça foi a expansão do Porto.

Foram realizados quatro painéis no último dia de evento. No primeiro dia, foi discutida a privatização do Porto de Santos, e nesta terça, o tema principal foi o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, o PDZ.

Na prática, o PDZ trata da expansão e aumento da capacidade de operação do Porto de Santos em mais de 50% até 2040.

Segundo Ricardo Molitzas, presidente do conselho da Brasil Export, que realiza o evento do setor portuário, o objetivo do evento é trazer discussões relevantes para a categoria.

“O Santos Export que aconteceu hoje é um dos regionais, e faz parte do fórum Brasil Export, que é um fórum de discussão permanente. Estamos com a discussão da desestatização do Porto de Santos, e junto com isso, o PDZ, que foi aprovado em 2019 para os próximos 20 anos de desenvolvimento do Porto”.

O presidente do fórum explica que o PDZ prevê um crescimento de 140 para 240 milhões de toneladas de movimentação de cargas no Porto de Santos, e é um plano que especifica o que e onde o aumento será realizado. “Atrelado a isso, você tem a necessidade de investimentos,

principalmente nos acessos. Nós temos acesso aquaviário por onde os navios chegam ao Porto, e isso precisa ser desenvolvido para atender esse crescimento da demanda”, disse.

O presidente também disse que o desenvolvimento da rodovia e ferrovia também estão ligados ao PDZ. “É o que faz chegar a carga ao Porto. Então essa discussão dos acessos é fundamental e importante para que a gente consiga atender e atingir esse crescimento de movimentação”

Além de eliminar um gargalo na mobilidade dentro do Porto, a questão das ferrovias e rodovias também afeta diretamente a mobilidade urbana em Santos e na região, e daí vem a importância de que essas informações cheguem ao públicos, segundo Molitzas.

“A questão da ferrovia, por exemplo, dentro do que se tem planejado, o crescimento da movimentação, de capacidade, você tem a criação de viadutos, as eliminações de passagem de nível, que não melhoram só o trânsito da carga, mas melhoram a mobilidade urbana também. Tudo isso está previsto no investimento da ferrovia que, por consequência, vai acabar melhorando a mobilidade urbana”, ponderou.

Ele ainda mencionou a abertura com o Governo Federal para apresentar novas soluções sobre o Porto de Santos.

“Temos discussões para participar junto com o Governo Federal, que hoje nós temos muita abertura para levar as proposições para cada vez ter um modelo melhor. E isso obviamente beneficia o Porto, a cidade, a sociedade como um todo e o País, porque o Porto de Santos tem uma importância fundamental no comércio internacional”, finalizou.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 25/08/2021**



### AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS

#### AUDIÊNCIA DISCUTIRÁ REGRAS SOBRE AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS



#### **Navio de transporte de cargas em hidrovia – Foto: Gilberto Marques/A2img**

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realiza, nesta sexta-feira (27), audiência pública para debater propostas que alteram a legislação de transporte aquaviário e estabelecem regras sobre o afretamento de embarcações estrangeiras, tanto na navegação de cabotagem quanto na navegação interior.

O debate foi solicitado pelo deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), que é autor de projeto de lei sobre o tema (PL 1809/21). Também estão em análise na Câmara outras duas propostas que regulamentam o assunto: PL 4101/20, dos deputados Lucas Gonzalez (Novo-MG) e Marcel Van Hattem (Novo-RS); e PL 1078/21, do deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS).

Os três projetos alteram a Lei 9.432/97, que ordena o transporte aquaviário no País.



“É necessário que a Comissão de Viação e Transportes, antes de apreciar esse conjunto de proposições, tenha compreensão dos impactos desses projetos na indústria naval, no meio ambiente e na geração de postos de trabalho que o transporte aquaviário é capaz de fomentar”, diz Caleffi.

A audiência está marcada para as 10 horas, no plenário 11. O debate é interativo e poderá ser acompanhado ao vivo no site e-democracia.

### **Convidados**

Entre os convidados para o evento estão:

- o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias da
- Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Dino Antunes Dias Batista;
- o presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega), Raimundo Holanda Cavalcante Filho;
- o presidente do Sindicato dos Armadores de Navegação Fluvial do Estado de São Paulo (Sindasp), Luizio Valentim de Rizzo Rocha.

Confira a lista completa de convidados

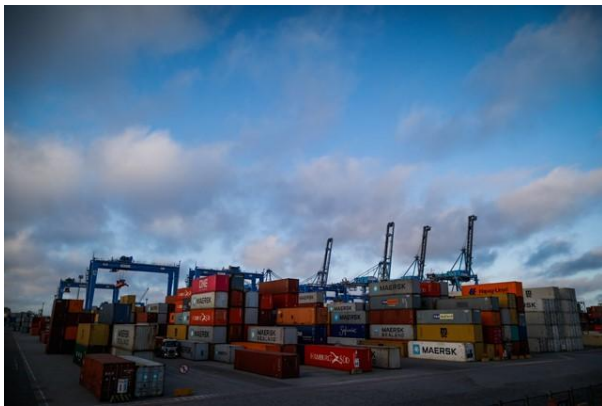
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/62670>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Data: 25/08/2021

### AGRO BRASILEIRO TEM EXPORTAÇÕES DE US\$ 11,3 BILHÕES EM JULHO

Informação: Grupo Cultivar (25 de agosto de 2021 )



**Resultado representa um crescimento de 15,8% em relação ao mesmo período de 2020.**  
– Foto: Wenderson Araujo/CNA

As exportações do agro em julho deste ano foram de US\$ 11,3 bilhões, crescimento de 15,8% frente ao mesmo período de 2020, segundo análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com base nos dados do Ministério da Economia.

“Destaca-se que os preços das commodities mantêm sua tendência de recuperação, tendo a maioria dos produtos superado o nível dos preços pré-pandêmicos”, explica a CNA.

O superávit comercial do agro no mês passado foi de US\$ 10,1 bilhões. No acumulado de janeiro a julho de 2021, as vendas externas do setor chegaram a US\$ 72,7 bilhões, 19,9% a mais na comparação com o mesmo período do ano de 2020.

A soja em grãos liderou a pauta exportadora do agro brasileiro em julho, com participação de 35,3% no total e receita de US\$ 4,0 bilhões (incremento de 15,3% em relação ao mesmo período de 2020). O segundo foi a carne bovina in natura, com crescimento de 30,6% frente a julho do ano passado e faturamento de US\$ 902,6 milhões.



A China foi o principal destino das exportações brasileiras em julho, com participação de 35,2% do total e destaque para os embarques de soja em grãos, carne bovina in natura, celulose, açúcar de cana em bruto e carne de frango in natura.

Em seguida veio a União Europeia, com parcela de 15%, seguida por Estados Unidos (7,4%). Completam a lista dos dez principais mercados para os produtos do agro: Tailândia (2,9%); Japão (2,4%); Vietnã (2,3%); Irã (2,2%); México (1,8%); Indonésia (1,8%); e Coreia do Sul (1,7%).

\*Agro.BR\* – A CNA também analisou os setores prioritários do Projeto Agro.BR, feito em parceria com a Apex Brasil para aumentar a oferta de produtos do agro brasileiro no comércio exterior e promover a diversificação da pauta exportadora brasileira.

O maior crescimento em exportações em julho foi observado nos pescados, que tiveram incremento de 52,4% em relação ao mesmo período de 2020, atingindo receita de US\$ 45,8 milhões, com destaque para lagostas congeladas. Os Estados Unidos foram destino de 66,2% dos embarques dos pescados brasileiros.

No setor de lácteos, houve aumento de 29,6% nas exportações de julho deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado, e os embarques alcançaram US\$ 8,7 milhões. Argélia, Venezuela, Filipinas, Argentina e Paraguai foram responsáveis por 60,4% das vendas externas brasileiras.

Também houve crescimento, em julho de 2021 frente ao mesmo período de 2020, nas exportações de frutas (8,9%) e de chá, mate e especiarias (3,3%).

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF  
Data: 25/08/2021

## ISTOÉ Dinheiro

### ISTOÉ - DINHEIRO

#### CAMPOS NETO DIZ QUE BRASIL VAI PRECISAR CRIAR ÓRGÃO REGULADOR DE DADOS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quarta-feira, 25, que o Brasil precisará criar um órgão regulador de dados em algum momento. Ele disse já ter conversado com parlamentares sobre o tema.

“No BC trabalhamos com reciprocidade. Se alguma empresa quiser fazer um serviço que envolva finanças e quiser pegar os dados de uma empresa financeira, ela precisará abrir os dados da mesma forma”, afirmou, em participação na 11ª Reunião do Núcleo de Estudos Avançados de Regulação do Sistema Financeiro Nacional (Neasf), organizada pela Fundação Getúlio Vargas.

Campos Neto disse que o BC se preocupa com o volume de investimentos de companhias em algoritmos proprietários para “esconder” os dados, de forma a impedir um compartilhamento desses dados com empresas concorrentes. “Quanto mais rápido houver esse agente regulador, melhor vai ser. Falta regulação no sistema como um todo”, completou.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro  
Data: 25/08/2021

## MONEYTIMES

### MONEYTIMES

#### TEMPESTADE PERFEITA NA LOGÍSTICA MARÍTIMA JÁ SE ESPALHA PARA VÁRIOS SETORES DO COMÉRCIO GLOBAL

Por Giovanni Lorenzon

Os problemas com a logística marítima se multiplicam e geram dificuldades para setores exportadores como café, carnes e frutas, outros produtos semiprocessados ou que dependam de câmaras frias. Da falta de meios a preços explosivos dos fretes, o modal global está sob tempestade perfeita.

A Abic já identificou que a queda das exportações de café solúvel tem uma parte dedicada ao problema da falta de contêineres.



**Oferta mais reduzida de contêineres dificulta tráfego global de mercadorias (Imagem: REUTERS/Aly Song/File Photo)**

A consultoria Agrifatto também atribui a isso parte do crescimento menos vigoroso das exportações de carnes bovinas.

Exportadores de frutas igualmente se ressentem.

No geral, segundo dados da Bloomberg, atualmente a taxa de locação de um contêiner está 200% mais alta que no mesmo período de 2020, lembrando que no início da pandemia o problema também havia se manifestado.

Só que, hoje, além de uma demanda muito grande, especialmente pelos Estados Unidos, há também problemas com menor número de embarcações porta-contêiner, navios em quarentena pela covid e crises portuárias, além ainda de não ter havido acomodamento do cenário desde que o Ever Green atolou no Cana de Suez em março.

Portanto, os fretes também explodiram.

**Fonte: MoneyTimes**

**Data: 25/08/2021**

# EXAME

## EXAME

### **EXCLUSIVO: PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS DEVE MOVIMENTAR R\$ 16 BILHÕES**

Prevista para o primeiro semestre do ano que vem, a privatização do porto de Santos, considerado o maior da América Latina, deve gerar 16 bilhões de reais em investimentos, segundo o Ministério da Infraestrutura. Os estudos de modelagem econômica estão praticamente finalizados e a consulta pública deve acontecer até novembro. “Todo o processo já avançou bastante”, diz Diogo Piloni, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura. Com isso, foi possível fazer uma estimativa mais precisa sobre o potencial do leilão.

Há uma série de melhorias previstas, como o aprimoramento dos acessos terrestres ao porto e o aprofundamento do calado. Também está em pauta a construção de um túnel submerso entre Santos e o Guarujá.

Com a ascensão da agenda ESG no mundo — e um olhar cada vez mais atento dos investidores internacionais para compromissos com o meio ambiente — o porto de Santos, administrado pela estatal Santos Port Authority (SPA), realizou recentemente uma parceria com a Rede Brasil do Pacto Global, da ONU, para colocar em prática iniciativas referentes à descarbonização. Outras



medidas a ser adotadas são a compilação de um inventário de emissão de gases de efeito estufa e a implantação de tecnologias voltadas para a despoluição do mar.

O porto de Santos fechou o semestre com resultados positivos. No último trimestre, o aumento do lucro chegou a 126% em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando 99 milhões de reais. O faturamento superou a marca de 1 bilhão de reais. Pela primeira vez deverão ser distribuídos dividendos ao governo federal. Segundo a SPA, a nova fase da companhia se deve a uma reestruturação de gestão, ao aumento da movimentação de cargas e uma política de cortes de custos. Em 2020, o lucro chegou a 202,5 milhões de reais, 132% mais em relação a 2019. “A intenção era justamente preparar o porto para a privatização”, diz Piloni.

*Fonte: Revista EXAME*

*Data: 25/08/2021*



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### GOVERNO ADMITE PIORA NA CRISE HÍDRICA E PROPÕE RACIONAMENTO VOLUNTÁRIO PARA RESIDÊNCIAS

*Por epbr - 25 de agosto de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Setor elétrico*

**Contato da redação**

**[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)**

#### em jogo

O Ministério de Minas e Energia (MME) apresentou nessa terça (24/8) proposta de criação de um programa de incentivo de redução voluntária do consumo de energia para consumidores residenciais. A proposta foi apresentada ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e será analisada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), que se reúne nesta quarta-feira (25/8).

— É uma resposta do governo ao agravamento da crise hídrica e energética que o país enfrenta, após a identificação de gradativa piora nos cenários e nas projeções futuras.

— O ONS indicou flexibilizações temporárias da regra de operação do Rio São Francisco para tentar minimizar a redução de água nos reservatórios das hidrelétricas nas regiões Sudeste e Sul.

— Também foi indicado pelo ONS a utilização dos estoques hídricos armazenados.

Na segunda (23/8), o governo já havia divulgado as regras para a indústria ofertar a Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica (RVD) até 30 de abril de 2022.

— O modelo prevê que a redução funcionará como um leilão. Os consumidores vão ofertar o montante que pretendem economizar e o preço. Se a oferta vingar, conforme as necessidades do sistema elétrico, o valor será pago pelas regras de liquidação do mercado de curto prazo até o limite do PLD.

#### **Nada disso sairá barato para o consumidor.**

O Estadão/Broadcast apurou que novos cálculos internos do governo apontam a necessidade de que a bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 9,49 por 100 quilowatts-hora (kWh), seja elevada para algo entre R\$ 15 e R\$ 20.

— A Aneel deve divulgar na próxima sexta (27/8) qual bandeira tarifária deve ser utilizada até o final do ano. Como os cenários estão piorando, é provável que a bandeira vermelha nível 2 seja mantida. Estarão

Leilões de energia. A Aneel aprovou nessa terça (24/8) o edital do leilão A-5 de 2021, que será realizado em 30 de setembro e tem início de suprimento em 1º de janeiro de 2026. A EPE cadastrou 1.694 empreendimentos, com 93.859 MW de potência.

— O leilão contratará oferta de geração na modalidade por quantidade para empreendimentos eólicos e solares fotovoltaicos, com prazo de suprimento de 15 anos, e hidrelétricos (centrais geradoras hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, hidrelétricas e ampliação de usinas existentes), com prazo de 25 anos.

— Para empreendimentos termelétricos, serão negociados contratos por disponibilidade, com prazo de 20 anos.

Eficiência energética. A Energisa, distribuidora que atende consumidores nos estados do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Tocantins, recebe até 22 de outubro inscrições de projetos para o seu Programa de Eficiência Energética (PEE).

— São R\$ 26 milhões para iniciativas que pretendem promover o uso eficiente da energia elétrica por meio de projetos inovadores.

— A seleção dos projetos aprovados será anunciada em 20 de dezembro, e as inscrições podem ser feitas em <http://energisa.gestaocpp.com.br>.

Leilão de petróleo. A Comissão Especial de Licitação (CEL) da ANP aprovou a inscrição da petroleira australiana Karoon na 17ª rodada, programada para acontecer em 7 de outubro. A empresa é a sétima aprovada pela agência para participar do leilão, que vai ofertar áreas nas bacias de Campos, Santos, Pelotas e Potiguar.

— Na última semana, a CEL já havia aprovado a inscrição de Chevron, Ecopetrol, Murphy Exploration, Petrobras, Shell e TotalEnergies no leilão.

— A 17ª rodada prevê a oferta de 92 blocos exploratórios, todos offshore, divididos por 11 setores de quatro bacias sedimentares brasileiras – Campos, Pelotas, Potiguar e Santos –, totalizando 54 mil km<sup>2</sup> de área.

— O edital e o modelo do contrato de concessão foram publicados pela ANP no final do mês passado. O cronograma prevê o dia 22 de setembro como prazo final para apresentação de garantias de ofertas.

— Três blocos no setor SS-AUP5, em Santos, estão cortados pelo limite das 200 milhas náuticas, na extensão da Plataforma Continental brasileira.

A Karoon vai participar da concorrência já sob novo comando. A partir de 1º de outubro, Antonio Guimarães, ex-secretário executivo de E&P do IBP e executivo da Shell, será CEO da Karoon Brasil.

Veja os blocos e campos de petróleo e gás que serão licitados no Brasil em 2021

Pré-Sal. A Petrobras informou que recebeu dos seus sócios no projeto de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, US\$ 2,9 bilhões, referentes às obrigações das parceiras chinesas CNOOC e CNOOC no acordo de coparticipação do campo.

— A Petrobras possui 90% dos direitos de exploração e produção do volume excedente de Búzios, em parceria com a CNODC (5%) e a CNOOC (5%).

— Búzios é o maior campo de produção de petróleo e gás natural em desenvolvimento no mundo.

— A Petrobras já tem quatro plataformas operando no campo, e outras cinco contratadas para os próximos anos.

— A empresa está finalizando os estudos para contratar FPSOs para os projetos de Búzios 10, 11 e 12, antecipou o diretor de E&P, Fernando Borges, em entrevista ao vivo à epbr.

Nova alta do petróleo. Os preços do petróleo voltaram a subir nessa terça (24/8), impulsionados em parte por um incêndio em uma plataforma da Pemex que deixou cinco mortos e paralisou vários poços da estatal.

— O Brent para entrega em outubro fechou em alta de 3,34%, a 71,05 dólares. O WTI para entrega no mesmo período fechou em alta de 2,89%, a 67,54 dólares.

— Foi a primeira vez que o Brent fechou acima dos 70 dólares desde 12 de agosto. AFP

Mercados de carbono. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que pretende votar em plenário, até a realização da Conferência do Clima da ONU (CPO26), marcada para novembro, o PL 528/2021, que tenta criar um mercado regulado de carbono no Brasil.

— Na visão de especialistas, o projeto encontra um cenário favorável para aprovação.

— “Depois das pautas estruturantes, queremos votar o crédito de carbono da floresta em pé, que dará uma resposta ao mundo de que 62% do nosso território é floresta e que meio dúzia de desmatadores não podem jogar a imagem do Brasil no lixo”, disse Lira, em evento promovido pela XP Investimentos.

Gás de cozinha em motores. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4217/19, do deputado Felício Laterça (PSL-RJ), que acaba com a proibição de uso do gás liquefeito de petróleo (GLP) – gás de cozinha – em motores em geral, incluindo os de veículos, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas.

— A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG).

— O projeto já foi aprovado anteriormente pela Comissão de Minas e Energia e ainda depende de votação pelo Plenário.

Alta dos combustíveis. Locadoras de veículos, fabricantes de automóveis e o setor de logística são os principais prejudicados com o aumento do custo da gasolina, que em quatro estados já ultrapassa a marca de R\$ 7 por litro. E-Investidor

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 25/08/2021*

## **GOVERNO REPETE 2001 E DECRETA RACIONAMENTO DE ENERGIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Decreto estabelece medidas para redução do consumo de energia elétrica na administração pública federal

*Por epbr - 25 de agosto de 2021 - Em Setor elétrico*

O governo federal publicou nesta quarta (25) o decreto nº 10.779 que estabelece medidas para redução do consumo de energia elétrica na administração pública federal.



O decreto de Jair Bolsonaro (sem partido) repete medidas adotadas vinte anos atrás por Fernando Henrique Cardoso para racionamento de energia durante a crise do apagão de 2001, mas de forma mais branda.

Pelo texto do documento desta quarta, os órgãos e as entidades deverão buscar reduzir entre 10% e 20% o consumo de energia elétrica nos meses de setembro de 2021 até abril de 2022, em relação à média do consumo do mesmo mês nos anos de 2018 e 2019.

Órgãos que descumprirem as metas deverão justificar a falha, mas o decreto não prevê punições.

Em 2001, o governo FHC determinou à todos os órgãos federais o racionamento de no mínimo 35% do consumo de energia a partir do 3º mês da medida, que vigorou entre maio de 2001 e março de 2002.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a administração pública direta e indireta dispõe de mais de 22 mil edificações próprias e cerca de 1, 4 mil imóveis alugados, como escritórios, escolas, hospitais e universidades, “representando uma parcela significativa do consumo total de eletricidade no país”.

O documento também indica alternativas para o melhor uso dos equipamentos consumidores de energia nas edificações públicas, e melhores práticas para aquisição e manutenção de bens e serviços para economia e uso racional de energia elétrica.

“Os órgãos e as entidades deverão buscar, em caráter permanente e sem prejuízo da adoção de outras providências, a adoção das recomendações para a redução do consumo de energia elétrica constantes do anexo”, diz o decreto.

Em geral, são medidas de eficiência conhecidas, como desligar aparelhos de ar condicionado em salas vazias e manter os ambientes fechados, apagar luzes e outras.

Mas há uma determinação para compra de equipamentos e iluminação com regras de eficiência. Veja a lista no fim da matéria

As medidas entram em vigor a partir de 1º de setembro de 2021. Veja na íntegra.

### **Racionamento voluntário para indústria e residências**

Na segunda (23), o governo já havia divulgado as regras para a indústria ofertar a Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica (RVD) até 30 de abril de 2022.

O modelo prevê que a redução funcionará como um leilão.

Os consumidores vão ofertar o montante que pretendem economizar e o preço. Se a oferta vingar, conforme as necessidades do sistema elétrico, o valor será pago pelas regras de liquidação do mercado de curto prazo até o limite do PLD.

Nada disso sairá barato para o consumidor. O Estadão/Broadcast apurou que novos cálculos internos do governo apontam a necessidade de que a bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 9,49 por 100 quilowatts-hora (kWh), seja elevada para algo entre R\$ 15 e R\$ 20.

A Aneel deve divulgar na próxima sexta (27/8) qual bandeira tarifária deve ser utilizada até o final do ano. Como os cenários estão piorando, é provável que a bandeira vermelha nível 2 seja mantida.

Hoje, está detalhando o programa de incentivo de redução voluntária do consumo de energia para consumidores residenciais.

A proposta foi apresentada ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e será analisada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), que se reúne nesta quarta-feira (25/8).

É uma resposta do governo ao agravamento da crise hídrica e energética que o país enfrenta, após a identificação de gradativa piora nos cenários e nas projeções futuras.

O ONS indicou flexibilizações temporárias da regra de operação do Rio São Francisco para tentar minimizar a redução de água nos reservatórios das hidrelétricas nas regiões Sudeste e Sul.

Também foi indicado pelo ONS a utilização dos estoques hídricos armazenados.

### **As recomendações do MME para racionamento de energia nos prédios federais**

#### **1. Ar-condicionado:**

- Desligar o aparelho de ar-condicionado quando o ambiente estiver desocupado;
- Utilizar apenas ventilação natural nos dias com temperaturas amenas;
- Limitar o resfriamento a 24°C e o aquecimento a 20°C;
- Manter as portas e as janelas fechadas quando o aparelho de ar-condicionado estiver ligado;
- Manter os filtros e os dutos dos aparelhos de ar-condicionado limpos;
- Garantir a circulação, a renovação e a qualidade do ar interno;
- Instalar sistemas de renovação do ar nos sistemas de ar-condicionado que não o possuam, tais como aparelhos de janela, splits, multi-split e fluxo de gás refrigerante variável; e
- Em ambientes com grande flutuação de pessoas, avaliar a modulação da renovação de ar em função do nível de ocupação do ambiente, com o uso, dentre outros, de sensores de dióxido de carbono;
- Manter as salas dos centros de processamentos de dados (data center) resfriadas apenas até o limite do tecnicamente necessário;
- No planejamento da contratação, dimensionar os aparelhos de ar-condicionado de acordo com o tamanho do ambiente e incluir sistema de renovação de ar para aqueles que não o possuam no sistema integrado;
- Instalar e manter o isolamento térmico nos dutos de ar, nos termos estabelecidos nas normas técnicas.

#### **2. Iluminação:**

- Desligar a iluminação dos locais que não estiverem em uso;
- Instalar interruptores para cada local específico;
- Orientar os agentes públicos e os empregados terceirizados a desligarem a iluminação de todos os locais que não estiverem em uso, em especial ao final do expediente;
- Não utilizar iluminação elétrica quando estiver disponível iluminação natural;
- Reduzir a iluminação elétrica em áreas de circulação, pátios de estacionamento, garagem e áreas externas ao mínimo necessário para não prejudicar a circulação e a segurança;
- Manter limpas as lâmpadas e as luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação;
- Utilizar sensores de presença em ambientes de uso transitório, como banheiros, corredores e garagens; e
- Reduzir o número de luminárias ambientes, mantidos os níveis mínimos de iluminância definidos nas normas técnicas.

#### **3. Tecnologia da informação:**

- Programar o computador para o menor consumo de energia elétrica possível quando deixar de ser utilizado por alguns minutos;
- Desligar o monitor, a impressora, o estabilizador, a caixa de som, o microfone e outros acessórios sempre que não estiverem em uso;
- Disponibilizar acesso ao sistema do órgão diretamente da nuvem, de modo permitir o desligamento das estações de trabalho nos casos de trabalho remoto; e

- Caso não haja possibilidade de disponibilizar o sistema em nuvem para o trabalho remoto, providenciar o desligamento dos monitores e de outros acessórios das tomadas, de forma a garantir apenas o funcionamento do computador.

#### **4. Geladeiras e congeladores:**

- Evitar que as portas dos equipamentos fiquem abertas desnecessariamente;
- Regular a potência dos equipamentos conforme a temperatura ambiente e a capacidade utilizada;
- Manter os equipamentos fora do alcance de raios solares ou de outras fontes de calor;
- Manter os equipamentos em local com espaço para dissipação do calor;
- Desligar os equipamentos cujo uso não seja necessário e constante; e
- Realizar o degelo de acordo com o definido em manual do consumidor para os equipamentos que não disponham de degelo automático.

#### **5. Aquecedores elétricos de água:**

- Ligar o aquecedor apenas durante o tempo necessário e usar temporizador para que a função se torne automática; e
- Privilegiar o aquecimento solar de água.

#### **6. Elevadores:**

- Utilizar, sempre que possível, as escadas para acesso aos primeiros pavimentos e para subir ou descer poucos andares; e
- Acionar apenas um elevador.

#### **7. Refrigeração e de água potável:**

- Desligar os equipamentos de refrigeração de água potável ao final do expediente e sempre que não estiverem em uso.

#### **8. Consumo em modo de espera:**

- Desligar por completo e desconectar da energia elétrica equipamentos que gerem consumo em modo de espera.

#### **9. Conscientização:**

- Promover a conscientização dos agentes públicos com relação à necessidade de redução do consumo de energia elétrica.

#### **10. Contratação e da aquisição de bens e serviços:**

- Exigir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – Ence na classe mais eficiente;
- Por ocasião dos estudos preliminares, considerar, para fins de custo de ciclo de vida do produto, a categoria do selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel nas aquisições ou nas locações de máquinas e aparelhos elétricos;
- Nos projetos de novas edificações e nas obras de reformas, seguir as normas de eficiência energética da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
- Priorizar a aquisição de lâmpadas mais eficientes para os ambientes das edificações e a aquisição de temporizadores para controle de iluminação, e substituir gradativamente o sistema de iluminação mais oneroso;
- Executar manutenções preventivas e preditivas dos equipamentos, de forma a evitar o aumento do consumo de energia elétrica;
- Realizar as manutenções periódicas dos quadros de distribuição de energia elétrica;
- Priorizar a medição individualizada de consumo de energia elétrica, preferencialmente por seção ou uso final, como iluminação, condicionamento de ar, entre outros;
- Realizar estudo de uso e ocupação das salas no órgão ou na entidade, para evitar espaços subutilizados, mantidos os padrões de distanciamento exigidos por razões de ordem sanitária;
- Priorizar a implantação de sensores fotossensíveis para controle de luminárias próximas das janelas; e

- Adquirir somente aparelhos de ar-condicionado dotados de compressor com a tecnologia de rotação variável.

Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 25/08/2021

### **ANP AUTORIZA EXCELERATE ENERGY A IMPORTAR GNL**

*Por epbr - 25 de agosto de 2021 - Em Mercado de gás, Petróleo e gás, Política energética*

A ANP autorizou nesta quarta-feira (25/8) a Excelerate Energy a importar até 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural regaseificado até agosto de 2023. A empresa pretende começar a importar gás no próximo dia 15 de setembro e já indica o Terminal de GNL da Bahia como ponto de entrega.

O movimento da Excelerate Energy para a importação de GNL foi antecipado aos assinantes do político epbr na última segunda-feira.

Recentemente, a Petrobras anunciou a validade da nova proposta da Excelerate na licitação que prevê o arrendamento do Terminal de GNL. A empresa refez a proposta depois que a inclusão de uma condicionantes na proposta comercial havia levado à desclassificação da oferta.

A Excelerate ofereceu pouco mais de R\$ 3 milhões de pagamento mensal, que poderia totalizar R\$ 92 milhões para o contrato de dois anos e meio (30 meses). Foi a única a participar da reabertura da concorrência.

#### **Novos fornecedores de gás**

A Excelerate indica, como mercado potencial para o GNL que vai importar, distribuidoras e demais consumidores conectados à malha de transporte brasileira, primariamente nas regiões Nordeste e Sudeste.

A Petrobras decidiu interromper negociações para renovar os contratos de suprimento de gás natural a partir de 2022 com distribuidoras do Nordeste e direcionar sua atuação para o mercado livre, de grandes consumidores.

Distribuidoras da região estão fechando acordos com novos fornecedores, por meio de chamadas públicas – mesmo movimento que ocorre no Centro-Sul. A Petrobras justifica também que o arrendamento do terminal de GNL da Bahia, em curso, abrirá nova oportunidade de fornecimento de gás na região.

Excelerate é uma das 11 empresas que estão concorrendo na chamada pública da Algás, Bahiagás e PBGÁ. Até o próximo dia 31 as distribuidoras vão indicar as empresas que passarão para a segunda etapa da chamada pública.

Também estão na disputa Compass, Ebrasil, Equinor, Galp, GasBridge, New Fortress Energy, Origem, Petrobras, Petreconcavo e Shell.

#### **Primeiro supridor privado**

Nesta terça, a Shell se tornou a primeira fornecedora privada de gás natural para uma distribuidora no país. Fechou contrato para fornecer para a Copergás 750 mil m<sup>3</sup>/dia a partir de janeiro de 2022 e 1 milhão de m<sup>3</sup>/dia, em 2023. Vai usar gás doméstico e GNL para atender ao contrato.

“Para a Shell Brasil, este primeiro acordo com uma distribuidora estadual de gás natural é uma demonstração de confiança em nosso suprimento. Ao mesmo tempo aumenta o número de potenciais fornecedores no mercado brasileiro e ajuda a reforçar a segurança energética do país com mais gás natural, um importante combustível de transição, e viabiliza o suprimento de gás desde o pré-sal até o estado de Pernambuco,” afirmou André Araujo, presidente da Shell Brasil. “Pernambuco conta com um parque industrial diversificado e em crescimento, e para diversos setores, o gás natural é um insumo estratégico,” acrescentou.



A Potiguar E&P, empresa do Grupo PetroRecôncavo, deve se tornar a segunda supridora privada do país, com um contrato de dois anos com a Potigás. A empresa vai entregar 236 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural a partir de janeiro de 2022.

O acesso à UPGN da Petrobras em Guamaré, também previsto para janeiro de 2022, é fundamental para o serviço sair. A partir da UPGN, o gás precisa ser transportado pela malha da TAG, comprada em 2019 pela Engie e pelo fundo CDPQ.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 25/08/2021*



### JORNAL O GLOBO – RJ

## GOVERNO IRÁ ESTABELECEER METAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA, MAS ADESÃO SERÁ VOLUNTÁRIA

Clientes que reduzirem o consumo de energia ganharão descontos nas contas de luz

*Por Manoel Ventura*



***O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo/02-09-2020***

BRASÍLIA — O Ministério de Minas e Energia anunciou nesta quarta-feira que fará um programa com metas para redução do consumo de energia elétrica dos clientes residenciais e de pequenos comércios, que são atendidos pelas distribuidoras de energia elétrica. O programa não será obrigatório. Quem aderir, ganhará descontos nas contas de

luz.

Embora tenha anunciado medidas para reduzir consumo de energia, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que não haverá racionamento.

— Não trabalhamos com hipótese de racionamento. Isso tem que ficar muito claro — afirmou, repetindo que o sistema elétrico nacional é robusto.

Os detalhes como a meta de redução do consumo não foram divulgados. Albuquerque afirmou que o programa irá começar a valer no dia 1º de setembro, mas os detalhes ainda serão informados. As medidas foram anunciadas por conta da pior seca na região das hidrelétricas em 91 anos.

O secretário de Energia Elétrica do MME, Christiano Vieira, disse que as metas de redução serão colocadas nas contas de luz.

— Está sendo estruturado o estabelecimento de metas de redução. Essa meta vai estar colocada na conta. O consumidor que voluntariamente atender a redução estipulada naquela meta vai ter dois benefícios. O primeiro é ter uma conta menor, porque reduziu o consumo. E o segundo benefício é uma premiação por ter reduzido o consumo conforme a meta, num momento em que o sistema está gastando muito recursos para atendê-lo — afirmou.

Para o secretário, até mesmo quem não aderir terá ganhos.

— Ganha o consumidor que reduziu e o que não reduziu também, porque o custo total do atendimento, na margem, é menor — disse.

O secretário afirmou que o programa pressupõe uma linha-base para identificar uma meta de redução de consumo.

— A partir dessa meta, haverá uma premiação para os consumidores que atingirem essa média (de redução). A ideia é premiar aqueles consumidores que tenham um esforço de reduzir a carga — afirmou.

O desconto será pago pelos próprios consumidores por meio de encargos, disse o secretário. É o mesmo modelo que está sendo adotado para os grandes consumidores. Não há, portanto, recursos do Orçamento para financiar o programa.

— Quem vai pagar isso é a carga do sistema, é a mesma lógica do programa de resposta voluntária para o grande consumidor. O benefício é coletivo. A segurança é um bem público, para todo mundo. E se é para todo mundo, todo mundo arca com a segurança — disse.

O ministro de Minas e Energia afirmou que os meses de julho e agosto foram os piores períodos para o setor elétrico.

— Os meses de julho e agosto foram os piores meses da série histórica de monitoramento do setor, particularmente dos reservatórios do Sul e do SIN (Sistema Interligado Nacional) como um todo. Isso causa consequências para a gestão hidroenergética do nosso sistema — disse o ministro.

Albuquerque afirmou as previsões de chuva para as próximas semanas e até o fim do período seco também não são boas.

— As perspectivas para o futuro, em termos de precipitações, até o fim do período seco, não são boas. Permanecemos com perspectivas de menores precipitações até o fim do período seco, que é outubro — disse.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), disse que o órgão não está sendo pessimista nas previsões.

— Continuamos com uma situação bastante crítica. As perspectivas não são boas. Todos os cenários apresentam uma boa previsibilidade num horizonte de duas semanas, mas daí para frente a situação é bastante nebulosa — disse.

O Nordeste é a região com melhor situação, com destaque para as usinas de Três Marias e Sobradinho.

### **Medidas adotadas**

Nesta semana, o governo lançou um programa para incentivar os grandes consumidores a economizarem energia nos horários de pico. A medida vale para quem compra energia diretamente do gerador, sem passar pela distribuidora.

O governo estendeu para o Nordeste as medidas de redução de vazão de usinas hidrelétricas que já vinham sendo adotadas no Sudeste e no Centro-Oeste. Objetivo é guardar água nos reservatórios das hidrelétricas, ao priorizar a geração de energia em detrimento de outras atividades. As usinas mais afetadas devem ser as instaladas no Rio São Francisco.

Nota divulgada na noite desta terça-feira, porém, não identifica quais seriam as hidrelétricas que terão os estoques consumidos.

Para garantir a segurança do sistema, o governo tem tomado medidas como manter vazões reduzidas em hidrelétricas importantes no Sudeste e no Centro-Oeste, que concentram a crise. O nível dos reservatórios dessa região está abaixo de 25%. A redução da vazão poupa água nos reservatórios, mas prejudica outros setores, como a navegação.

Também está acionando um volume recorde de geração de energia por usinas termelétricas. Isso gera um impacto nas contas de luz, já que a geração por termelétricas é bem mais cara que a energia de hidrelétricas.

O ONS também vai tomar uma medida para aumentar a transmissão de energia do Nordeste para outras regiões do país. Os reservatórios do Nordeste estão mais cheios, além da região gerar energia por usinas eólicas em grande escala. Por outro lado, há limites para transmitir essa energia para o Sudeste e o Centro-Oeste. Os técnicos do governo têm trabalhado para ampliar a capacidade de transmissão entre os sistemas.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 25/08/2021*

## CHINA REABRE TERCEIRO MAIOR PORTO DE CONTÊINERES DO MUNDO, APÓS DUAS SEMANAS DE PARALISAÇÃO DEVIDO À COVID

Atividade foi suspensa após surto da doença, afetando preço do frete e tráfego de embarcações

*Por Bloomberg*



***Custo para enviar mercadorias de Xangai para Los Angeles chega a quase US\$ 11 mil Foto: Aly Song/Reuters***

HONG KONG — O terminal de Meishan, instalado no terceiro maior porto de contêineres do mundo, foi reaberto nesta quarta-feira após uma paralisação de duas semanas que prejudicou ainda mais as rotas de navegação já estressadas na Ásia.

O terminal retomou as operações normais nesta quarta-feira, disse um funcionário do

porto em entrevista coletiva na cidade chinesa de Ningbo. O terminal ocupava cerca de um quarto da capacidade do porto de Ningbo-Zhoushan e foi fechado em 11 de agosto, depois que um trabalhador testou positivo para Covid-19.

Com o fechamento de Ningbo-Zhoushan, cerca de 350 navios porta-contêineres tiveram que esperar fora dos portos para seguir viagem, de acordo com a VesselsValue, que monitora o tráfego de embarcações do mundo.

O congestionamento e os atrasos nas rotas de transporte globais devido à Covid só pioraram este ano, uma vez que as exportações chinesas atingiram novos recordes devido ao aumento da demanda global.

Este foi o segundo fechamento de parte de um porto na China este ano devido a um surto da Covid, após o fechamento de um mês do porto de Yantian, no final de maio. Os episódios levantam temores de novas filas de embarcações, como as vistas quando o navio Ever Given encalhou no Canal de Suez, em março, bloqueando uma das hidrovias mais importantes para o comércio mundial.

Com a demanda por navios e contêineres crescendo este ano e as empresas aumentando as exportações para a Europa e os EUA para a temporada de compras de fim de ano, mesmo um fechamento limitado de parte de um porto é caro para compradores e transportadores.

Mesmo que o terminal de Meishan tenha sido fechado por apenas algumas semanas, provavelmente vai demorar um pouco para o congestionamento diminuir.

Hoje, um contêiner custa quase US\$ 11 mil para enviar mercadorias de Xangai para Los Angeles, um novo recorde e mais de 220% superior ao do ano anterior.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 25/08/2021*

## ARRECADAÇÃO FEDERAL EM JULHO BATE NOVO RECORDE E MARCA R\$ 171,270 BILHÕES

Resultado representa um avanço de 35,47% em relação ao mesmo mês do ano anterior, já descontada a inflação

*Por Eliane Oliveira e Fernanda Trisotto*



**Ministro da Economia ,Paulo Guedes Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo**

BRASÍLIA – A arrecadação federal voltou a bater recorde no mês de julho. De acordo com dados da Receita Federal, divulgados nesta quarta-feira, a arrecadação de impostos e contribuições federais no mês somou R\$ 171,270 bilhões, um avanço de 35,47% em relação ao mesmo mês do ano anterior, já descontada a inflação.

A Receita Federal destacou que esse é o melhor desempenho arrecadatário desde 2000, tanto para o mês de julho, quanto para o período acumulado dos sete primeiros meses do ano. De janeiro a julho, o total de impostos e contribuições recolhidos ao Fisco foi de R\$ 1,053 trilhão, montante 26,11% acima do registrado no mesmo período de 2020.

Segundo a Receita, esse resultado é explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes, com destaque para os cerca de R\$ 24 bilhões do IRPJ e CSLL nos sete primeiros meses do ano.

No primeiro semestre, o resultado já havia sido robusto – e recorde: a arrecadação bateu R\$ 881,99 bilhões, um avanço de 24,49% em relação ao mesmo período ano anterior, já descontada a inflação.

Esses aumentos sucessivos do nível de arrecadação são o principal argumento do governo para promover a reforma tributária. O ministro da Economia Paulo Guedes, costuma afirmar que os aumentos de arrecadação se transformarão em redução de impostos e que esse patamar já alcançado não irá recuar. A proposta de alteração das regras do Imposto de Renda (IR) foi feita partindo dessa premissa.

No início desta semana, Guedes chegou a antecipar que o total de receitas, no mês passado, "explodiu". Em tom de comemoração, o ministro reconheceu que há mais inflação, mas salientou que, em compensação, "tem mais arrecadação também".

O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, o resultados da arrecadação confirmam a recuperação da economia brasileira no último ano.



— Esses resultados confirmam de um modo inquestionável a recuperação da economia brasileira. Importante recuperação que se torna evidenciada no indicador arrecadação de tributos federais, que vem demonstrando trajetória crescente e sustentável desde agosto de 2020 — declarou.

Fonte: *O Globo* - RJ

Data: 25/08/2021

## PARA ENFRENTAR CRISE HÍDRICA, BRASIL BUSCA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COM OS 'HERMANOS' ARGENTINA, BOLÍVIA E URUGUAI

Em um momento em que o Mercosul é questionado por Guedes, país busca tenta destravar projetos com vizinhos, como o gasoduto Vaca Muerta-Uruguaiana

Por *Eliane Oliveira*



**Reservatório da hidrelétrica de Caconde (SP), em nível crítico: a queda no volume de água das usinas reduz a geração de energia no Brasil** Foto: *Joel Silva/Fotoarena / Agência O Globo*

BRASÍLIA - Diante da pior crise hídrica dos últimos 91 anos, o Brasil busca uma saída com os vizinhos e tenta destravar projetos com países em que as relações, por razões ideológicas ou econômicas, tornaram-se mais frias do que o normal no governo Bolsonaro.

Técnicos brasileiros e bolivianos retomaram as discussões sobre a construção de uma usina binacional no Rio Madeira, fronteira entre os dois países, suspensas no início deste governo.

Representantes do Planalto também conversam com os argentinos sobre a retomada do projeto do gasoduto Vaca Muerta-Uruguaiana (RS).

E, para assegurar o abastecimento interno, as importações de energia elétrica da Argentina e do Uruguai, membros do Mercosul — bloco que, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem amarras que impedem o Brasil de crescer — aumentaram significativamente este ano

Ou seja, em um momento em que o Mercosul é questionado por Brasília, a integração energética, por necessidade do Brasil, avança.

### Gás de Vaca Muerta

Segundo estimativa preliminar do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, a usina hidrelétrica binacional do Rio Madeira tem capacidade prevista de 3,5 gigawatts (GW), volume que atenderia a 6 milhões de residências, ou praticamente todo o estado de Minas Gerais, por exemplo.

Os projetos de integração energética entre Brasil e Bolívia são tratados no Comitê Técnico Binacional em Cooperação Energética (CTB), informou o Ministério de Minas e Energia (MME).

Além da usina binacional no Rio Madeira, estão em estudo a construção de corredores de interconexão elétrica para exportação de energia da Bolívia para o Brasil; o acompanhamento e monitoramento dos contratos de fornecimento de gás natural e a possibilidade de alteração da cota de energia de Jirau.

Dados do Ministério da Economia mostram que, de janeiro a julho deste ano, o Brasil comprou, em dólares, 5.253% a mais de energia elétrica da Argentina do que nos sete primeiros meses de 2020. O valor saltou de US\$ 8,8 milhões para US\$ 472 milhões. A energia oriunda do Uruguai aumentou 1.560%.

Em mil quilowatts/hora (MkW/h), a quantidade importada subiu de 86.278 para 3.183.149 (ou 3.189MW) da Argentina e de 280.383 para 734.408 do Uruguai.

Por outro lado, a base de comparação com o que foi importado no mesmo período do ano passado foi afetada por um desempenho mais fraco da economia, que levou à queda do consumo nacional.

Já a construção de um gasoduto para trazer ao Brasil gás das reservas de Vaca Muerta tem sido largamente defendida pelo governo argentino. Os brasileiros precisam do gás, e os argentinos, de mercados e investimentos.

O custo seria de US\$ 3,7 bilhões para o lado argentino e US\$ 1,2 bilhão para a parte brasileira, segundo estimativas extraoficiais.

Na agenda bilateral energética, a Argentina tem especial interesse no setor de petróleo e gás. O país estima ter 27 bilhões de barris de petróleo e 802 trilhões de metros cúbicos de gás, a terceira maior reserva do mundo de petróleo e gás de xisto, atrás dos Estados Unidos e da China.

Segundo analistas, a região de Vaca Muerta, na Província de Neuquén, poderá fazer dobrar até 2023 e triplicar até 2028 a produção argentina desses produtos.

Vaca Muerta seria a segunda reserva mundial de hidrocarbonetos não convencionais, atrás apenas da bacia de Permian, nos EUA.

Nesse sentido, a Argentina pretende transformar a formação geológica do local em plataforma de exportação e avalia o Brasil como potencial consumidor do seu gás natural.

Setores do governo argentino e parte da iniciativa privada favorecem, assim, a construção de gasoduto ligando a província de Neuquén à cidade de Uruguaiana. A iniciativa, que visa levar o gás natural argentino ao Sudeste brasileiro, incluiria ainda a construção de um gasoduto entre Uruguaiana e Porto Alegre.

### **‘Tábua de salvação’**

Fontes do governo brasileiro afirmaram ao GLOBO que a possibilidade de ingresso de gás natural argentino no Brasil a preços competitivos, mediante a constituição de um eixo dutoviário, poderia incrementar a oferta do insumo para Região Sul do Brasil.

— O governo está fazendo um imenso esforço para conseguir energia de qualquer tipo, em qualquer lugar e a qualquer custo. Nesta busca, o Mercosul, que vem sendo tão criticado pelo Ministério da Economia, surge como uma tábua de salvação, com a possibilidade de o Brasil importar energia elétrica da Argentina “socialista”, do Uruguai— disse Nivalde de Castro, da UFRJ.

### **Ele acrescentou:**

— E há evidências de que o governo reabriu negociações com a Bolívia, para aumentar a vazão da usina hidroelétrica de Jirau e também para a construção da hidroelétrica binacional no Rio Madeira.

Luiz Barroso, presidente da PSR Consultoria, lembra que o risco de falta de energia não ameaça só o Brasil:

— Como a crise hídrica também afeta a Argentina e os demais países do Cone Sul, é importante monitorar se teremos algum tipo de restrição à exportação de energia para o Brasil. Por exemplo, o Chile publicou na semana passada um decreto com medidas preventivas para mitigar um racionamento, dada a adversidade dos efeitos da crise hídrica por lá. Isso demandará mais

exportação de eletricidade e gás da Argentina para o Chile e de gás boliviano para Argentina — explicou Barroso.

Hoje, a Argentina é presidida pelo peronista Alberto Fernández, cujo governo é tido como socialista por Jair Bolsonaro e sua equipe. Em processo de adesão ao Mercosul, a Bolívia voltou a ser comandada por um presidente de esquerda eleito recentemente, Luis Arce.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 25/08/2021*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### 3ª DOSE DA VACINA CONTRA COVID SERÁ APLICADA A PARTIR DE 15 DE SETEMBRO, DIZ MINISTÉRIO DA SAÚDE

Injeção de reforço será dada inicialmente para idosos e imunossuprimidos; países como Israel e Chile já adotaram estratégia semelhante

*Por Lorenna Rodrigues, O Estado de S. Paulo*

BRASÍLIA - O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou a aplicação de uma 3ª dose da vacina contra a covid-19 a partir de 15 de setembro em idosos com mais de 70 anos e imunossuprimidos (pessoas cujo sistema imunológico está comprometido por alguma condição de saúde). O reforço tem sido defendido por especialistas diante da alta de infecções entre imunizados com as duas doses, como foi o caso do ator Tarcísio Meira, que morreu este mês, e de evidências científicas de que a proteção induzida pelas vacinas cai ao longo do tempo.



***O ministro Marcelo Queiroga no Palácio do Planalto anunciou a aplicação de uma 3ª dose da vacina contra a covid-19 a partir do dia 15 de setembro em idosos com mais de 70 anos Foto: Adriano Machado / Reuters***

A decisão foi tomada em reunião do ministério na noite de terça-feira, 24, após discussão com os secretários estaduais e municipais de Saúde. Isso não significa que as vacinas sejam ineficazes contra o vírus, mas que a injeção extra pode ampliar a segurança desses grupos mais vulneráveis.

Países como Estados Unidos, Israel e Chile também adotaram a estratégia semelhante.

A partir de 15 de setembro, serão enviadas as doses de reforço para os imunossuprimidos que tenham tomado a 2ª dose há pelo menos 28 dias e de idosos com mais de 70 anos que tenham tomado a 2ª há pelo menos seis meses.

Conforme o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, o grupo de imunossuprimidos inclui indivíduos que passaram por transplante de órgão sólido ou de medula óssea, pessoas que vivem com HIV e CD4 10 mg/dia ou recebendo pulsoterapia com corticoide e/ou ciclofosfamida. Também engloba pessoas que usam "imunossupressores ou com imunodeficiências primárias; pacientes oncológicos que realizam tratamento quimioterápico ou radioterápico nos últimos seis meses e neoplasias hematológicas".

A aplicação nos idosos seguirá ordem cronológica, do mais velho para o novo. A Saúde aguarda a conclusão de um estudo para decidir como será a aplicação da 3ª dose em profissionais de saúde e pessoas com menos de 70 anos. Ainda conforme a pasta, a imunização deverá ser feita,

preferencialmente, com uma dose da Pfizer, ou de modo alternativo, com a vacina Janssen ou da AstraZeneca

Na segunda-feira, o secretário-executivo da Pasta, Rodrigo Cruz, antecipou, em entrevista ao Papo do Editor, do Broadcast Político, que a aplicação da dose de reforço deveria começar em meados de setembro. Segundo o ministério, no dia 10 de setembro a pasta finalizará a distribuição de imunizantes para a aplicação da 1ª dose em toda a população brasileira com mais de 18 anos, o que abre espaço para a antecipação e reforço vacinal.

Além disso, o governo federal vai antecipar, também a partir de 15 de setembro, a aplicação da 2ª dose dos imunizantes da Pfizer e AstraZeneca das atuais 12 semanas para oito semanas. A Saúde estudará ainda a possibilidade de imunização cruzada entre as vacinas da Astrazeneca e Pfizer, mas isso será feito somente em caso de necessidade.

### **Governo diz que há doses suficientes para nova rodada**

Na entrevista ao Broadcast Político, o secretário-executivo disse que há doses suficientes para imunizar todos os idosos e profissionais de saúde com a terceira dose até o fim do ano, população que soma 12 milhões de pessoas.

Cruz disse que toda a população brasileira poderá ser revacinada em 2022 se os estudos concluírem que isso será necessário. Até o fim do ano, o Brasil receberá 600 milhões de doses, que poderão inclusive ser mantidas congeladas para uso numa eventual campanha de reforço no próximo ano.

Há ainda 180 milhões de doses da Astrazeneca produzida no Brasil já contratadas para 2022, o que seria suficiente para uma dose de reforço em toda a população vacinável no ano que vem.

"A mensagem que a gente passa para a população é de tranquilidade, de que não vai faltar orçamento, quer seja por uma antecipação de aquisição, quer seja para o orçamento de 2022. Mas não faltará imunizantes para que a gente consiga imunizar a população brasileira de acordo com o que está cientificamente determinado", afirmou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 25/08/2021*

### **MERCEDES-BENZ ANUNCIA QUE VAI PRODUZIR ÔNIBUS ELÉTRICOS NO BRASIL**

Projeto está sendo conduzido por equipes na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, com investimentos de R\$ 100 milhões; vendas devem começar em 2022

*Por Eduardo Laguna, O Estado de S.Paulo*

Apresentado como primeiro passo da montadora no Brasil rumo à mobilidade elétrica, a Mercedes-Benz revelou nesta quarta-feira, 25, que está desenvolvendo chassis elétricos de ônibus para circulação em centros urbanos do País, além de mercados vizinhos do continente para onde a montadora pretende exportar a tecnologia.

Resultado de investimentos de R\$ 100 milhões, que fazem parte do ciclo de R\$ 2,4 bilhões da marca no País entre 2018 e 2022, o projeto está sendo conduzido por equipes da fábrica de São Bernardo do Campo (ABC Paulista), onde o veículo será produzido, com apoio de engenheiros da Daimler, dona da marca, na Alemanha, onde os protótipos já estão sendo testados. O plano é iniciar as vendas do produto no ano que vem.

Durante o anúncio, Karl Deppen, presidente da operação brasileira da Mercedes-Benz, sustentou que a velocidade de introdução de novas tecnologias no País depende de investimentos em infraestrutura, como postos de recarga das baterias.

"Para que os benefícios tecnológicos aplicados à mobilidade urbana sejam agregados ao desenvolvimento social e econômico das cidades, é imprescindível que o Brasil e a América



Latina também preparem a sua infraestrutura para a operação dos veículos elétricos", comentou Deppen.

### **Começando pelos ônibus**

Segundo Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing da montadora, a Mercedes preferiu fazer a eletrificação primeiro dos ônibus porque o veículo coletivo urbano tem menos restrições do que os caminhões, onde a falta de uma rede de recargas nacional torna inviável o uso da tecnologia em longas distâncias.

A bateria do ônibus elétrico a ser lançado pela Mercedes permite ao veículo rodar 250 quilômetros sem necessidade de recarga. "A gente optou por começar com chassis de ônibus urbanos por impactar mais pessoas e a sociedade do que o caminhão elétrico, que tem restrições de infraestrutura para operação", afirmou o executivo. "Caminhão (elétrico) vem na hora certa, é outra discussão que vamos ter no futuro", acrescentou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 25/08/2021*

### **GOVERNO DARÁ BÔNUS PARA QUEM REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA EM CASA A PARTIR DE SETEMBRO, DIZ MINISTRO**

Segundo Bento Albuquerque, de Minas e Energia, o programa de redução voluntária começa a partir do dia 1º; bonificação faz parte de uma série de ações que o governo busca para tentar evitar apagões em horários de pico

*Por Marlla Sabino e Anne Warth, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o programa de redução voluntária voltado para consumidores residenciais iniciará a partir de 1º de setembro. O governo vai dar descontos nas contas de luz de consumidores residenciais que economizarem energia elétrica, como antecipou o Estadão/Broadcast. A expectativa, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), é divulgar as regras da medida no início da próxima semana.

"O programa está sendo estruturado e contará com definição de meta mínima de redução para concessão de crédito", informou o ministério em nota distribuída à imprensa. "Estamos avaliando a métrica para todos os consumidores. A ideia do programa é premiar aqueles consumidores que se esforçarem em reduzir a carga e, assim, contribuir para o aumento da segurança, da confiabilidade e do custo de geração", disse o secretário de energia elétrica do ministério, Christiano Vieira, sem detalhar como será dado esse "prêmio" aos consumidores.

Ele afirmou que havia uma escassez bem caracterizada nos reservatórios localizados no Sudeste, considerado a caixa d'água do sistema elétrico, mas que as perspectivas de chuvas na região Sul não estão se concretizando. Durante entrevista coletiva, ele citou aprovação para aumentar a transferência de energia do Nordeste para Sudeste e Sul, para aproveitar a geração de usinas eólicas.

Para garantir o abastecimento de energia elétrica, o governo tem autorizado o acionamento de usinas termelétricas, até mesmo as mais caras. Segundo o secretário, hoje há usinas em uso que custam acima de R\$ 2 mil por megawatts-hora (MWh).

O governo espera, segundo ele, que o programa de redução de consumo voluntário voltado para os grandes consumidores (como a indústria), e as demais iniciativas, sejam opções mais "econômicas". "Com economia voluntária, poderemos não colocar em operação usinas com custo acima de R\$ 2 mil/MWh", afirmou.

Apesar do incentivo financeiro para economia de energia, as medidas adotadas para evitar racionamento e apagões vão custar caro para o consumidor. Conforme mostrou o Estadão/Broadcast, cálculos internos apontam a necessidade de que a bandeira vermelha nível 2,

hoje em R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), seja elevada para algo entre R\$ 15 e R\$ 20. Há ainda um cenário-limite de até R\$ 25, mas é improvável que ele seja adotado. A bandeira para setembro será anunciada na sexta, 27. A bandeira vermelha 2 está vigente desde junho.

O governo ainda decretou a redução compulsória do consumo de eletricidade na administração pública federal. Órgãos e entidades deverão reduzir entre 10% a 20% o consumo de eletricidade de 1º de setembro a abril de 2022. Os órgãos deverão apresentar justificativas em casos em que não conseguirem atingir a meta de redução.

Em entrevista coletiva nesta quarta-feira, o ministro afirmou que “todos sabem que o custo da geração de energia tem aumentado em face da geração termelétrica”, mas descartou racionamento. “Isso tem que ficar muito claro”, afirmou.

### Medidas

A bonificação para consumidores residenciais faz parte de uma série de ações que o governo busca para tentar evitar apagões em horários de pico, quando há mais demanda por energia. Na segunda-feira, 23, o MME publicou as regras para o programa similar de redução voluntária do consumo de energia, mas voltado para grandes consumidores, como as indústrias. Em contrapartida, as empresas vão receber compensações financeiras.

Para possibilitar uma maior adesão ao programa, o governo acatou pleitos de agentes do setor e reduziu o lote mínimo de economia que as empresas devem oferecer de 30 megawatts médios (MWm) para 5 MWm. As propostas deverão ser apresentadas ao ONS e serão analisadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A medida valerá até 30 de abril de 2022.

### Sem chuvas

Bento Albuquerque afirmou que as perspectivas de chuvas até o fim do período seco deste ano, meados dos meses de setembro e outubro, “não são boas no momento”. Em entrevista coletiva na tarde desta quarta-feira, 25, ele afirmou que os meses de julho e agosto registraram a pior quantidade de águas que chegaram nos reservatórios da série histórica.

“As perspectivas para o futuro que temos até agora, em termos de precipitação até o final do período seco, não são boas. Permanece com a perspectiva de menores precipitações até o final do período seco, até o final de setembro, outubro”, afirmou.

O ministro afirmou que o governo monitora o setor elétrico 24 horas por dia e que nesta semana foram realizadas reuniões importantes de forma extraordinária, do CMSE e da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG).

“Identificamos que os meses de julho e agosto foram os piores meses da série histórica de monitoramento do nosso setor elétrico. Particularmente, os reservatórios da região Sul, que corresponde a 10% da nossa capacidade de armazenamento e dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional como um todo. Isso evidentemente que causa consequência para a gestão hidroenergética do nosso sistema”, afirmou.

O País enfrenta a pior crise hídrica nos últimos 91 anos, com grave escassez nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas. Na terça, 24, o Ministério de Minas e Energia (MME) admitiu, em nota, uma “relevante piora” no cenário hídrico do País e nas projeções para os próximos meses. O governo anunciou novas medidas para restringir o uso de água e afirmou ser “imprescindível” a adoção de todas as ações em andamento e propostas para garantir o fornecimento de energia.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 25/08/2021**

### **ARRECAÇÃO TEM ALTA DE 35,5% EM JULHO E SOMA O RECORDE DE R\$ 171,3 BI, DIZ RECEITA**

Resultado foi o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995; no acumulado do ano, o valor arrecadado somou R\$ 1,053 trilhão

*Por Lorena Rodrigues e Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 171,270 bilhões em julho, informou a Secretaria Receita Federal nesta quarta-feira, 25.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a arrecadação foi de R\$ 137,169 bilhões (valor já corrigido pela inflação), houve aumento real de 35,47%.

A arrecadação é recorde para meses de julho na série histórica da Receita, que tem início em 1995 e é atualizada pela inflação.

O resultado das receitas veio um pouco abaixo da maioria dos economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que projetava ingresso de R\$ 157,850 bilhões.

No acumulado do ano até julho, a arrecadação federal somou R\$ 1,053 trilhão, também o maior volume para o período da série histórica. O montante representa um avanço real de 26,11% na comparação com os sete primeiros meses do ano passado.

Em valores corrigidos pela inflação, totalizou R\$ 1,076 trilhão (novo recorde), o que representa alta real de 26,11% na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 853,8 bilhões). Segundo a Receita, a alta da arrecadação neste ano pode ser explicada, principalmente, pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de 24 bilhões do IRPJ/CSLL na parcial deste ano, contra R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a arrecadação forte significa que o País está com uma retomada vigorosa. O ministro respondeu as críticas em relação ao efeito da inflação sobre a receita, destacando que o resultado de janeiro a julho mostra crescimento de 25% ante o ano passado já descontado o IPCA do período. "Há efeito da inflação, mas há inequívoco vigoroso crescimento econômico."

Guedes ainda destacou que, à exceção de janeiro e junho, todos os resultados mensais este ano foram recordes para a série histórica, já desconsiderando a inflação. "Resultado de julho é o terceiro melhor resultado para todos os meses da história."

O ministro citou que os dados reforçam os fundamentos fiscais. "Muitos negacionistas negam que a retomada que já existia em 2020." Guedes também mencionou que os destaques positivos foram PIS/Cofins, os impostos para pessoas jurídica e de Previdência em julho. "Previdência arrecadando em recorde mostra que estamos gerando empregos em alta velocidade."

Segundo ele, os números parciais mostram que a arrecadação deve ficar R\$ 270 bilhões acima do estimado inicialmente para 2021. O ministro afirmou ser possível abrir mão de "excesso de arrecadação" em momento de retomada da economia para promover "melhorias técnicas" no sistema tributário brasileiro, como instituição de um IVA (imposto sobre valor agregado), redução do IR das empresas e instituição de tributação sobre lucros e dividendos.

"O Estado não só gasta mal, como tributa muito e tributa mal, fica em cima de impostos indiretos, que são regressivos, ao invés de ir para impostos diretos, e dentro deles sobre rendimento de capital. O regime tributário brasileiro é uma fábrica de privilégios e desigualdades", acrescentou.

"Para o governo é confortável ficar parado, se aproveitar do aumento da arrecadação, e possivelmente fazer superávit no ano que vem", disse, defendendo que o momento atual, de surpresa com a receita tributária, é propício a uma reforma. Segundo o ministro, o sistema

tributário brasileiro é uma "máquina de desigualdades", pois grande parte é formada por impostos indiretos, regressivos (ou seja, penalizam mais os pobres), e os impostos sobre a renda focam no capital produtivo, com alíquota elevada, mas isentam os ganhos de capital.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 25/08/2021*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### MAERSK TERÁ NAVIOS A METANOL NO TRANSPORTE DE CONTÊINERES

Companhia encomendou oito embarcações capazes de levar 16 mil contêineres cada, que podem usar tanto o combustível tradicional quanto o metanol "verde"

*Por Richard Milne — Financial Times*

A Maersk está dando seu maior passo até agora para reduzir as emissões de carbono no setor de transporte marítimo, com uma encomenda de oito embarcações capazes de levar 16 mil contêineres cada, que podem usar tanto o combustível tradicional quanto o metanol "verde".

É a primeira encomenda em seis anos do grupo dinamarquês, maior linha de transporte de contêineres do mundo. Apesar da alta nos preços dos fretes, a Maersk destacou que os novos navios serão usados para substituir antigos e não para ampliar a capacidade de transporte da empresa.

A Maersk espera receber os oito navios da Hyundai Heavy Industries, a partir do início de 2024, com opção de outros quatro no ano seguinte, o que a torna a primeira empresa de transporte marítimo de contêineres a encomendar embarcações neutras em carbono de grande porte, capazes de navegar da China à Europa, e atravessar o Pacífico. Em fevereiro, a empresa já havia encomendado um navio neutro em carbono, mas de menor tamanho. Cada embarcação custa cerca de US\$ 175 milhões, cerca de 10% a 15% a mais do que um navio tradicional.

O metanol neutro em carbono custa o dobro do que o combustível tradicional, mas executivos da Maersk acreditam que clientes como a Amazon e a H&M estão dispostas a pagar mais pelo transporte verde. "Estamos gastando nosso dinheiro no que prometemos. Realmente nos sentimos seguros o suficiente com a tecnologia existente para encomendar esta série de navios", disse Henriette Hallberg Thygesen, chefe de frota e marcas estratégicas da Maersk, ao "Financial Times".

A empresa havia anunciado em 2018 que precisava de navios neutros em carbono em 2030 para atingir sua meta de neutralidade na emissão até 2050, levando em conta o ciclo de vida de cada navio, de 20 a 25 anos.

Nos últimos anos, houve grandes avanços tecnológicos nos estaleiros e, agora, o grupo dinamarquês pretende encomendar apenas navios bicomustíveis ou exclusivamente movidos tecnologias de combustíveis verdes, inclusive as embarcações com capacidade para mais de 20 mil contêineres.

Henriette disse que o maior desafio é garantir um fornecimento de metanol verde suficiente para as embarcações. "Precisamos de uma elevação significativa na produção. Realmente sentimos que tem sido muito [um cenário] de o ovo ou a galinha. Então, achamos que fazendo este anúncio podemos quebrar esse ciclo", acrescentou.



A Maersk não fazia encomendas de embarcações grandes desde 2015, quando saiu da crise financeira e comprou alguns dos maiores navios feitos no mundo, embora tenha exercido opção para comprar mais dois navios em 2017.

Outras empresas do setor vêm se apressando para fazer encomendas, diante da disparada do preço dos fretes e da falta de embarcações para atender a grande demanda observada depois dos lockdowns pela covid-19 em 2020, embora a construção possa levar vários anos.

“Todos adorariamos ter mais capacidade hoje, para que pudéssemos aliviar parte do golpe que os clientes estão sentindo. Mas isso não se soluciona encomendendo navios no curto prazo”, disse Henriette.

Ela acrescentou que a Maersk tem a “clara ambição” de que os novos navios funcionem unicamente com metanol verde, o que permitiria substituir a emissão de 1 milhão de toneladas de dióxido de carbono por ano, mas que optaram pela tecnologia bicombustível como “mitigação de risco”.

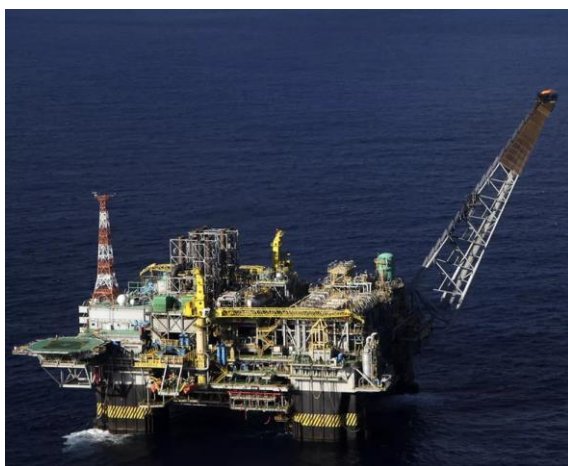
“As embarcações durarão de 20 a 25 anos. Ainda não sabemos qual será a tecnologia que predominará”, disse. Alguns críticos argumentam que o metanol verde faz pouco sentido porque, em vez de permitir o sequestro dos gases causadores do efeito estufa, consiste em que o gás carbônico seja primeiro absorvido na produção e, depois, emitido novamente quando queimado.

Na semana passada, a Maersk informou que o metanol verde para a embarcação menor virá de fontes renováveis e de CO2 biogênico, ou seja, de fontes naturais.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 25/08/2021*

## ANP: KAROON É A SÉTIMA PETROLEIRA INSCRITA PARA 17ª RODADA DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Na última semana, o órgão regulador já havia dado o aval para as inscrições da Chevron, Ecopetrol, Murphy Exploration, Petrobras, Shell e TotalEnergies  
*Por André Ramalho, Valor — Rio*



**A 17ª Rodada prevê a oferta de 92 blocos exploratórios, em quatro bacias sedimentares: Campos, Pelotas, Potiguar e Santos — Foto: valor**

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou a inscrição da australiana Karoon na 17ª Rodada de blocos exploratórios, marcada para 7 de outubro.

A Karoon é a sétima petroleira aprovada pela Comissão Especial de Licitação (CEL) da agência. Na última semana, o órgão regulador já havia dado o aval para as inscrições da Chevron, Ecopetrol, Murphy Exploration, Petrobras, Shell e

TotalEnergies.

A 17ª Rodada prevê a oferta de 92 blocos exploratórios, todos em mar, em quatro bacias sedimentares: Campos, Pelotas, Potiguar e Santos.

O cronograma da licitação prevê que as empresas devem apresentar as garantias de ofertas até o dia 22 de setembro.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 25/08/2021*

## DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS PREVÊ CERCA DE R\$ 16 BILHÕES DE INVESTIMENTOS

Neste valor, estão previstos R\$ 3,5 bilhões para a construção do túnel submerso entre Santos e Guarujá

*Por Táís Hirata, Valor — São Paulo*

A desestatização do Porto de Santos prevê um volume de investimentos de aproximadamente R\$ 16 bilhões. O número ainda pode variar, a partir da consulta pública e da análise do Tribunal de Contas da União (TCU).



**Desestatização do Porto de Santos prevê investimentos de aproximadamente R\$ 16 bilhões — Foto: Ana Paula Paiva/Valor**

Neste valor, estão previstos R\$ 3,5 bilhões para a construção do túnel submerso entre Santos e Guarujá, que será incluído nas obrigações do novo operador do porto.

Os investimentos em acessos ferroviários, que somam cerca de R\$ 1,8 bilhão, não estão incluídos na cifra de R\$ 1

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 25/08/2021*

## ESCASSEZ DE CONTÊINERES AFETA EXPORTAÇÃO DE SOJA DOS EUA

Entidades pedem que Congresso americano aprove lei para garantir a oferta de estrutura de estocagem nos portos do país

*Por Dow Jones Newswires*

A escassez de contêineres, um dos reflexos da pandemia de covid-19 sobre o comércio internacional, tem afetado a indústria de soja dos Estados Unidos, disseram hoje o Conselho de Exportação de Soja dos EUA (Ussec, na sigla em inglês) e a Aliança de Soja e Grãos Especiais (SSGA). As entidades trataram do tema em uma coletiva de imprensa conjunta.

Segundo dirigentes do Ussec, as dificuldades para exportar para países onde o armazenamento é limitado está prejudicando alguns de seus clientes. Ambas as organizações defendem que o Congresso americano aprove uma lei para garantir a oferta de contêineres nos portos do país.

"[A dificuldade para exportar] tem sido frustrante para muitos de nós que dependem do fornecimento de contêineres", disse Bob Sinner, da SSGA. "Toda essa mudança (...) foi realmente desafiadora para nós e frustrante para nossos clientes".

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 25/08/2021*

## ENTRADA DA COSAN EM MINERAÇÃO AUMENTA DIVERSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS, DIZ FITCH

Agência de avaliação de riscos diz não ver impacto imediato da operação nas métricas de crédito da empresa

*Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo*

A entrada da Cosan no segmento de mineração é positivo, avalia a Fitch Ratings, ao contribuir para a diversificação de seus negócios no longo prazo. A agência de avaliação de riscos não vê impacto imediato da operação nas métricas de crédito da empresa.



**Luiz Henrique Guimarães, presidente da Cosan, deve ver aumento da alavancagem da empresa no fim do ano de 3,4 vezes para 3,7 vezes, segundo a Fitch — Foto: Silvia Costanti/Valor**

“A transação vai aumentar a diversificação dos negócios da Cosan, representando a entrada do grupo no segmento de minério de ferro”, escrevem os analistas Claudio Miori e Gustavo Mueller. Eles destacam que a empresa já atua nos setores de

ferrovias, sucroalcooleiro, combustíveis e gás natural.

O investimento inicial da Cosan na empreitada, de R\$ 720 milhões ao adquirir o Porto São Luiz, no Maranhão, deve elevar a alavancagem da empresa no fim do ano de 3,4 vezes para 3,7 vezes, mas que como os aportes posteriores serão feitos com sócio, o impacto de longo prazo é limitado

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 25/08/2021**

## MODELO DA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ ENVIADO A SECRETARIA ATÉ O FIM DE AGOSTO

Previsão é fazer o leilão no segundo semestre de 2022, segundo o presidente da Santos Port Authority, Fernando Biral

**Por Taís Hirata, Valor — São Paulo**



**Foto : Divulgação/SPA**

O modelo da desestatização do Porto de Santos será encaminhado à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários até o fim de agosto. Uma vez aprovado, terão início encontros com o mercado e, na sequência, o projeto vai ao Tribunal de Contas da União (TCU). A previsão é fazer o leilão no segundo semestre de 2022, segundo o presidente da Santos Port Authority, Fernando Biral.

“Durante o último ano de trabalho, tivemos a ‘due dilligence’ da companhia. Todos os passivos foram examinados, a parte contábil. Foram feitos estudos de mercado, projeções. E também foi realizado uma [sondagem de mercado] com os principais grupos interessados na aquisição da SPA em um futuro leilão. O modelo está quase pronto”, disse ele, no SPA Day, realizado nesta quarta-feira (25).

A modelagem da desestatização do Porto de Santos está sendo elaborada pelo BNDES e por um consórcio privado contratado pelo banco de fomento.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 25/08/2021**

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### OPERADORAS ESPERAM QUE BR DO MAR MELHORE REGRAS PARA CONTRATAÇÃO DE ALIVIADORES

**Por Danilo Oliveira OFFSHORE 25 Agosto 2021**



### *(Arquivo/Divulgação AET)*

IBP manifestou que, com modelos contratuais mais robustos para embarcações especializadas, programa pode gerar mais garantias de abastecimento de derivados e combustíveis.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) manifestou a expectativa de que o BR do Mar seja um programa estratégico para o setor de petróleo, no sentido de garantir segurança operacional do escoamento da produção, realizar a constituição de novas empresas para o transporte de longo curso e a distribuição de derivados no país. As operadoras esperam que o programa estabeleça modelos contratuais mais robustos, de forma a permitir a composição de novas empresas brasileiras de navegação (EBNs) especializadas nessa operação do alívio dos navios-plataformas do pré-sal.

A avaliação das empresas é que o programa, em discussão no Senado, pode favorecer o crescimento da frota de navios de bandeira brasileira e da tripulação brasileira, contribuindo para a garantia de abastecimento de derivados e combustíveis, além de alavancar a utilização de terminais portuários e estaleiros locais para a manutenção de serviços. O gerente executivo de áreas terrestres, águas rasas e política industrial do IBP, Pedro Alem Filho, disse que as operadoras enxergam a possibilidade de ganhos de produtividade, maior robustez e segurança jurídica a partir do programa, o que pode garantir o escoamento da produção e abastecimento nacional. O setor de O&G hoje representa 75% da tonelagem transportada na cabotagem brasileira.

O alívio dos FPSOs é feito por navios de posicionamento dinâmico (DP). O IBP considera que o processo ainda tem precariedades, dependendo muito dos limites das tonelagens das EBNs disponíveis para a contratação. “Com o crescimento expressivo da produção que teremos, há risco dos contratos estourarem capacidade e termos problemas até de abastecimento”, alertou Alem na última semana, durante sessão sobre o projeto de lei da cabotagem (4.199/2020), no Senado.

Na visão do instituto, a legislação vigente atende razoavelmente o atual volume operacional, porém em bases relativamente frágeis, oferecendo risco de instabilidade. Para as operadoras, o BR do Mar vem a promover incremento da oferta e da qualidade do transporte de cabotagem no país, além do aumento da competitividade das EBNs, da redução custo logístico e de estímulos diretos e indiretos ao desenvolvimento da indústria naval nacional. “Essas características são fundamentais para suprir o crescimento projetado à movimentação dos volumes transportados de petróleo e derivados, trazendo aumento da competição, garantindo maior regularidade, estabilidade e previsibilidade de preços, bem como a garantia e previsibilidade em relação ao crescimento de volumes a serem transportados, especialmente do óleo produzido na província do pré-sal”, analisou Alem.

O presidente do IBP, Eberaldo de Almeida Neto, destacou que a cabotagem será importante devido às oportunidades que o setor vem experimentando. Ele citou a venda de refinarias Petrobras, que pode trazer novos players para o mercado brasileiro e cuja competitividade estará centrada no custo logístico, demandando investimentos em dutos, portos e eficiência logística do modal marítimo na costa nacional. O setor de O&G entende que, com o processo de transição energética em curso, a janela de oportunidades para monetizar as reservas deve se concentrar num período entre 20 e 30 anos.

Almeida observa que a produção cresce significativamente no mar e distante da costa. Ele destacou que a província do pré-sal já representa mais de 70% da produção nacional, o que reforça que a logística é fundamental. Os FPSOs que ficam a 300 quilômetros da costa produzindo petróleo fazem o descarregamento do óleo para navios aliviadores. Essas



embarcações possuem taxas diárias altas devido ao sistema DP para estabilização e o georreferenciamento por satélites e sistemas de backup para que haja segurança do transporte.

Ele explicou que a indústria trabalha 24 horas, todos os dias da semana, na produção e distribuição. Dessa forma, qualquer interrupção do fluxo provoca lucro cessante significativo no setor. “O navio DP é usado somente para fazer offloading, por conta da segurança envolvida. A produção é concentrada no Brasil porque a produção brasileira fica longe da costa, condições meteoceanográficas críticas e frequência alta. Não podemos cochilar numa questão tão crítica”, afirmou

O IBP estima que, mantido ou melhorado o atual ambiente de negócios, haverá investimentos da ordem de US\$ 19 bilhões no setor de exploração e produção, nos próximos 10 anos, levando a curva de produção em 2030 a ficar acima dos cinco milhões de barris de petróleo por dia no Brasil. “Isso demanda eficiência, dezenas ou centenas de viagens por dia, desburocratização das operações logísticas, previsibilidade, clareza regulatória e segurança jurídica”, salientou Almeida.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 25/08/2021*

## MAIOR PRESEÇA DE BRASILEIROS A BORDO AGREGA SEGURANÇA À NAVEGAÇÃO, DEFENDE CONTTMAF

*Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 25 Agosto 2021*



### Arquivo/Divulgação

Em debate sobre o PL da cabotagem, diretor da DPC chamou a atenção para projeto como forma de ajudar a alavancar a Economia Azul, assim como estimular a formação e capacitação dos marítimos e aumentar a soberania nacional.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (Conttmaf) considera que a tripulação a bordo dos navios, pelas condições apresentadas no projeto de lei da cabotagem (4.199/2020), é a última ligação da genuinamente nacional com a navegação. Para a entidade, a presença do comandante, do chefe de máquinas e de dois terços da tripulação brasileira é um fator que agrega mais segurança ao transporte marítimo. A confederação voltou a defender o BR do Mar, ressaltando a importância para a navegação de que sejam mantidas essas condições no texto final a ser apreciado no Senado.

“A continuidade do projeto com a garantia de emprego de dois terços de marítimos brasileiros é uma necessidade para que se contemple interesses genuinamente nacionais nesse programa”, disse o presidente da Conttmaf, Carlos Müller, durante sessão no Senado sobre o BR do Mar, realizado na última semana. Na ocasião, ele acrescentou que a presença de marítimos brasileiros a bordo é importante para o cumprimento de leis, proteção do meio ambiente, prevenção da poluição marinha e segurança com baixa ocorrência de acidentes.

Na mesma sessão, o vice-almirante Alexandre Cursino de Oliveira, diretor de Portos e Costas da Marinha, sugeriu uma reflexão sobre a importância de o país ter uma marinha mercante com marítimos capacitados e operando de maneira segura em águas jurisdicionais brasileiras. Cursino citou o caso do navio mercante Ever Given, que causou a interdição do Canal de Suez e trouxe impactos para toda a economia mundial. Ele considera importante, assim como ter navios, a capacidade de marítimos para eventualmente ampliar a capacidade de mobilização.

O diretor da DPC também chamou a atenção para o projeto como forma de ajudar a alavancar a Economia Azul, assim como estimular a formação e capacitação dos marítimos e aumentar a



soberania nacional. “É um projeto para desenvolvimento da mentalidade marítima brasileira, abertura de eventuais negócios para desenvolvimento da Economia Azul do país”, destacou. Cursino acrescentou que, durante a pandemia, os marítimos brasileiros ajudaram a manter a capacidade de exportação e abastecimento de insumos do país.

Müller, da Conttmaf, lembrou que, ao fim da década passada, a armação insistia na tese de um ‘apagão marítimo’ que ocorreria por falta de oficiais brasileiros. Ele ressaltou que os armadores foram atendidos, contando com o aumento do número de oficiais formados pela Marinha. Segundo o presidente da confederação, os armadores efetivamente produziram um desequilíbrio no mercado de trabalho e grande desemprego de marítimos. “Nunca houve falta de oficiais para tripular navios no Brasil. Se algum dia houver risco efetivamente, a Marinha vai tomar as medidas necessárias, pois já demonstrou que possui mecanismos eficientes para a formação de tripulação nacional”, disse Müller.

Ele deu exemplo de países como os Estados Unidos que possuem leis para controlar a marinha mercante prevendo a utilização de 75% de tripulação nacional, com navios construídos em estaleiros nacionais. “Devemos nos perguntar o que leva esses países a darem tanta importância à questão marítima. É eles terem compreendido que não há soberania econômica efetiva sem marinha mercante nacional forte”, afirmou Müller, que também preside o Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 25/08/2021*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*